

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais
realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Teresa Botelho e do
Dr. Jorge Azevedo Correia.

AGRADECIMENTOS

De uma forma geral, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o bom funcionamento do estágio.

Agradeço à FCSH pela possibilidade que me deu de realizar o estágio no Instituto Diplomático através do Protocolo de estágio curricular.

Agradeço à orientadora de estágio e dirijo o meu sincero reconhecimento ao IDI onde me senti integrada e vi esclarecidas as minhas dúvidas, e ainda em especial ao supervisor do estágio pelo acolhimento.

Por último, e não menos importante, agradeço à minha família e aos amigos, pois merecem sempre um lugar de destaque pela paciência.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

A formação diplomática ministrada pelo Instituto Diplomático no contexto da diplomacia pública e no âmbito da Iniciativa 5+5

SARA DE ALMEIDA PRAZERES

PALAVRAS-CHAVE: Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Instituto Diplomático (IDI), Diplomacia Pública, Formação Diplomática, Iniciativa 5+5, PEV, Diálogo do Mediterrâneo da NATO, União para o Mediterrâneo.

RESUMO

Serve o presente documento como registo descritivo da prossecução da componente não letiva do mestrado, por via de um estágio curricular realizado no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cujo relatório aqui se apresenta. O presente relatório de estágio destina-se então não só a descrever as atividades desenvolvidas ao longo do estágio como também - após a definição dos seus conceitos estruturantes - a desenvolver a ideia de que a formação diplomática é ministrada como instrumento de diplomacia pública e não como ferramenta de *soft power*.

Pretende-se, a propósito da I Reunião dos Diretores de Formação Diplomática no âmbito da Iniciativa 5+5, entender em que assenta esta nova parceria global euro-mediterrânica e os seus objetivos essenciais, as vantagens que poderão advir desta parceria para Portugal e especialmente para algumas unidades do Ministério dos Negócios Estrangeiro, nomeadamente o IDI, no que respeita à formação diplomática, procurando ainda perceber o papel do IDI na área da diplomacia pública.

INTERNSHIP REPORT

The diplomatic training provided by the Diplomatic Institute in the context of public diplomacy and in the ambit of the 5+5 Initiative

SARA DE ALMEIDA PRAZERES

KEYWORDS: Portuguese Ministry of Foreign Affairs, Diplomatic Institute (IDI), Public Diplomacy, Diplomatic Training, 5+5 Initiative, ENP, NATO Mediterranean Dialogue, Union for Mediterranean.

ABSTRACT

This document serves as a descriptive record of the practical component of the master, via a traineeship held at the Diplomatic Institute of the Ministry of Foreign Affairs, whose report is presented here. The aim of this internship report is not only to describe the activities developed during the internship but also - after setting its structuring concepts - to develop the idea that diplomatic training is provided as an instrument of public diplomacy and not as a soft power tool.

It is intended, with the purpose of the First Meeting of the Directors of Diplomatic Training within the 5 +5 Initiative, understand underlying this new Euro-Mediterranean Partnership and its overall core objectives, the benefits that may arise from this partnership for Portugal and especially for some units of the Ministry of Foreign Affairs, including the Diplomatic Institute, regarding to diplomatic training, still looking to realize the role of IDI in the area of public diplomacy.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	3
1. DIPLOMACIA PÚBLICA	3
2. SOFT POWER	6
3. DIPLOMACIA PÚBLICA E SOFT POWER	7
CAPÍTULO II - O INSTITUTO DIPLOMÁTICO E O SEU PAPEL COMO ENTIDADE FORMADORA	9
1. O SEU ENQUADRAMENTO NO MNE	9
2. O INSTITUTO DIPLOMÁTICO	12
2.1. Missão, atribuições e visão	12
2.2. Estrutura Orgânica	13
2.3. Atividades Gerais do IDI	14
3. O IDI E A FORMAÇÃO DIPLOMÁTICA	15
3.1. Tipos de formação diplomática.....	15
3.2. Entidades de formação diplomática nos outros países.....	16
3.3. Formação Diplomática ministrada pelo IDI.....	17
3.4. Formação Diplomática no âmbito da diplomacia pública.....	18
CAPÍTULO III - INICIATIVA 5+5	19
1. INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO NO MEDITERRÂNEO	19
1.1. Diálogo mediterrânico.....	21
1.2. Parceria Euro Mediterrânica / União para o Mediterrâneo	24
1.3. Política Europeia de Vizinhança	27
2. O DIÁLOGO DO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL (DIÁLOGO 5+5)	29
2.1. Vertentes sectoriais do Diálogo	32
2.2. O Dialogo 5+5 comparativamente com outras iniciativas no Mediterrâneo.....	33
3. PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO DIÁLOGO 5+5 (2013-2015)	36
3.1. I Reunião de Diretores de Formação Diplomática.....	37
CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO	43
1. INTRODUÇÃO	43
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	43
3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	44
4. COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS.....	48
5. AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO IDI	49
CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
LISTA DE FIGURAS E TABELAS	54
ANEXOS	55

LISTA DE SIGLAS

CF – Centro de Formação do IDI

DAB – Divisão de Arquivo e Biblioteca

DAJ – Departamento de Assuntos Jurídicos

DGA – Departamento Geral de Administração

DGPE – Direção Geral de Política Externa

DM – Diálogo do Mediterrâneo

EUA – Estados Unidos da América

IDI – Instituto Diplomático

MNE – Ministério dos Negócio Estrangeiros

MOM – Direção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PEM – Parceria Euro-Mediterrânica

PEV – Política Europeia de Vizinhança

PDE – Programa Diplomático Europeu

PECMNE – Programa de Estágios Curriculares no MNE

PEV - Política Europeia de Vizinhança

SG – Secretaria-Geral

SGMNE – Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros

UE – União Europeia

UMA – União do Magrebe Árabe

UpM – União para o Mediterrâneo

INTRODUÇÃO

Na sequência da realização do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais deparei-me com a escolha da modalidade da componente não letiva e, atendendo a vários fatores, optei pelo relatório de estágio. Na minha perspetiva, hoje em dia é necessário adquirirmos múltiplas experiências em contexto laboral antes de uma real inserção no mercado de trabalho e, uma vez que o Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais (CPRI) faculta a possibilidade de estágio curricular, não tive dúvidas de que essa seria a melhor opção, tendo em conta as minhas características pessoais os meus objetivos profissionais.

O estágio curricular no IDI teve como principal objetivo a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos ao longo do Mestrado em CPRI, bem como a aquisição de novas competências profissionais, técnicas, comunicacionais, entre outras.

Durante a realização do estágio pretendeu-se um equilíbrio entre um conjunto de funções mais teóricas e outras mais profissionalizantes, procurando contrabalançar as necessidades mais prementes do IDI com a aquisição de um conjunto de conhecimentos e práticas que viriam a permitir o posterior desempenho de variadas funções.

No que respeita à elaboração deste relatório de estágio, depois de algumas hipóteses de temas a desenvolver, começaram a surgir, ainda no decorrer do estágio, tarefas relacionadas com a Iniciativa 5+5, nomeadamente no que concerne à organização da Reunião dos Diretores de Formação Diplomática. Sendo a Formação Diplomática uma das principais competências do IDI e sendo também um instrumento de diplomacia pública, emergiu então a ideia de pesquisar, no fundo, em que assenta a Parceria 5+5, de acompanhar a I Reunião dos Diretores de Formação Diplomática e tirar algumas conclusões dessa reunião. Pretende-se, através do acompanhamento deste encontro, entender verdadeiramente em que assenta esta nova parceria global euro-mediterrânica e os seus objetivos essenciais, as vantagens que poderão advir desta parceria para Portugal e especialmente para algumas unidades do Ministério dos Negócios Estrangeiros como a DGPE e o IDI no que respeita à formação diplomática, procurando ainda perceber o papel do IDI na área da diplomacia pública. O presente

relatório de estágio destina-se então não só a descrever as atividades desenvolvidas ao longo do estágio como também a desenvolver o tema proposto.

Plano de Exposição

O relatório está dividido em quatro capítulos. No Capítulo I, é elaborado um enquadramento teórico através da identificação dos conceitos estruturantes para o desenvolvimento do tema, nomeadamente os conceitos de Diplomacia Pública e *Soft Power* bem como a sua articulação. O objetivo é entender a formação diplomática como um instrumento de diplomacia pública e uma ferramenta na execução da Política Externa Portuguesa. Pretende-se também desmistificar a ideia - já apresentada noutros trabalhos académicos - da formação diplomática como um instrumento unicamente de *Soft Power*.

No Capítulo II, com o devido enquadramento do seu lugar no MNE e na SGMNE, apresenta-se o IDI e focam-se as suas competências como entidade formadora, analisa-se o teor da formação diplomática ministrada pelo Instituto, quer na sua formação interna, quer na externa.

No Capítulo III, é elaborada uma breve contextualização sobre as principais iniciativas de cooperação no Mediterrâneo em que Portugal se encontra inserido - Diálogo Mediterrâneo da NATO, a Parceria Euro-Mediterrânea, a Política Europeia de Vizinhaça -com o objetivo de as distinguir e, finalmente, perceber em que consiste a Iniciativa 5+5 e as suas especificidades.

Depois de introduzido o tema da formação diplomática e apresentada a Iniciativa 5+5 como estudo de caso, é analisada a I Reunião dos Diretores de Formação Diplomática, acolhida pelo MNE e em relação à qual me foram atribuídas algumas funções a desempenhar no estágio.

No Capítulo IV, enquadra-se o estágio dentro dos critérios estabelecidos para a componente não-letiva do mestrado e procede-se a uma descrição das atividades realizadas, incluindo-se também uma avaliação pessoal da experiência e das competências adquiridas durante este período.

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Tomando o enquadramento teórico como ponto de partida essencial para a prossecução deste trabalho, será através da definição dos seus conceitos estruturantes (principalmente o conceito de Diplomacia Pública, bem como a articulação entre este e *Soft Power*), que se conseguirá uma melhor compreensão do tema, inserido no contexto das Relações Internacionais. Com este relatório pretende-se também desmistificar a ideia, que já foi apresentada noutro trabalho académico¹, de que a formação diplomática é ministrada como ferramenta de *soft power* e não como um instrumento de diplomacia pública. Para melhor compreendermos esta conceção, é importante proceder a uma breve definição dos conceitos.

1. Diplomacia Pública

A diplomacia pública é um dos instrumentos da política externa cada vez mais usual, sendo que os Ministérios dos Negócios Estrangeiros lhe têm dado cada vez mais relevância. É de salientar que é a política externa que define o Estado perante o ambiente internacional, conferindo-lhe uma imagem e identidade próprias e, através dela, o Estado administra as suas relações externas visando controlar o ambiente internacional em que se insere, através da preservação das situações que lhe são favoráveis e da modificação das que lhe são desfavoráveis².

Este instrumento de política externa abrange uma série de ações diferentes sendo que todas elas têm a sua função na prática de política externa. O termo, que remonta a 1965, adquiriu um novo sentido quando Edmund Gullion, então Reitor da Fletcher School of Law and Diplomacy da Universidade de Tuft, "*coined public diplomacy to describe the influence of public attitudes on the formation and execution of foreign policies*". Este autor refere ainda que a diplomacia pública abrange "*dimensions of international relations beyond traditional diplomacy...[including] the cultivation by government of public opinion in other countries; the interaction of private groups and*

¹ Relatório de Estágio: A Relevância que a Formação Diplomática dada pelo Instituto Diplomático tem, na valorização da condução da Política Externa Portuguesa do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

² Cf. em Nuno Canas Mendes e Francisco Pereira Coutinho, *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2014, p. 407.

interests in one country with those of another... [and] the transnational flow of information and ideas "3.

Para outro autor, Gyorgy Szondi, diplomacia pública significa tradicionalmente "*government communication aimed at foreign audiences to achieve changes in the «hearts of minds» of the people*"4. Um outro autor, Gifford Malone, apoia-se na comunicação para explicar o conceito de diplomacia pública: "*direct communication with foreign peoples, with the aim of affecting their thinking and, ultimately, that of their governments.*"5

A diplomacia pública pode então ser designada como a comunicação governamental de um Estado, essencialmente focada no público de um ou mais Estados estrangeiros, com o objetivo de mudança na sensibilidade e percepção dos nacionais desses Estados-alvo e na imagem do Estado que a desenvolve de forma intencionalmente atrativa, de modo a construir confiança e credibilidade.6 Definições posteriores vão mais longe identificando os atores e o conteúdo: "Tuch (1990, 3) for example, defined public diplomacy as "a government's process of communication with foreign publics in an attempt to bring about understanding for its nation's ideas and ideals, its institutions and culture, as well as its national goals and policies." Frederick (1993, 229) added information about specific content: "activities, directed abroad in the fields of information, education, and culture, whose objective is to influence a foreign government, by influencing its citizens."7"

A diplomacia pública assenta em atividades dirigidas ao exterior nas áreas de informação, educação, influenciando os cidadãos de outros Estados. No fundo é esta a definição que melhor se aplica a este estudo.

Quanto ao público alvo, "Public diplomacy does not always seek its mass audience directly. Often it has cultivated individuals within the target audience who are

³ In: <http://fletcher.tufts.edu/Murrow/Diplomacy>, página consultada a 10/7/2014.

⁴ Gyorgi Szondi, "Public Diplomacy and Nation Branding; Conceptual Similarities and Differences", in: Discussion Papers in Diplomacy, October, 2008, p. 6.

⁵ Apud Eytan Gilboa, "Searching for a Theory of Public Diplomacy", The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science 2008, p.4 >Gifford D. Malone, Managing Public Diplomacy, Washington Quarterly 8, 1985, p. 99

⁶ De acordo com Gyorgi Szondi, op.cit., p. 13.

⁷ Eytan Gilboa, op.cit., p. 57.

themselves influential in the wider community. Moreover, public diplomacy does not always take the form of an immediate attempt to influence a foreign public".⁸

Pode-se concluir que o objetivo é, por regra, influenciar a opinião pública em sociedades externas com o cultivo explícito de grupos, organizações e indivíduos não-oficiais. Tal como defende Jan Melissen, autor que se tem dedicado ao tema, é pois uma instrumento do *soft power*, conceito que se lhe cola como sendo a habilidade de alcançar objetivos por via da influência em vez da coerção. Uma imagem positiva de Portugal, da sua cultura, sociedade e política fará com que melhore a posição do país nas suas relações políticas e económicas. Nessa perspetiva, atribui-se toda a importância à comunicação com públicos internacionais, à programação cultural, bolsas académicas, programas e intercâmbios, programas de visitas internacionais, além do uso estratégico dos meios que as novas tecnologias atualmente facultam (blogues, fóruns, redes sociais, etc.). Há Estados que desenvolvem diplomacia *ad libitum*⁹, e outros que assumem a diplomacia pública no plano institucional, como é o caso dos EUA que, sob a égide do Departamento de Estado, criou a Subsecretaria de Estado para Diplomacia Pública e Assuntos Públicos e, na dependência desta, a Agência de Política e Recursos para Diplomacia Pública e Assuntos Políticos, responsável pelo planeamento estratégico. No caso português, estas funções são exercidas com o apoio, entre outros, do Instituto Camões, da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e do IDI. De facto, a diplomacia pública representa um recurso estratégico vital para os Estados enquanto atores das relações internacionais na qual a opinião pública se apoia quando se trata de influenciar ou de melhorar a imagem de um país quer internamente quer externamente.¹⁰

A diplomacia pública pode ser demarcada por três dimensões. O autor Mark Leonard apresenta-as, dando relevância a três horizontes temporais distintos: *News Management, Strategic Communications, Relationship Building*.¹¹

A primeira, *News Management*, como o nome sugere, prende-se com as comunicações diárias, que envolvem explicar o contexto das decisões políticas

⁸ Nicholas J. Cull, *Public Diplomacy: Lessons from the Past*, Los Angeles, Figueroa Press, 2009, p. 13.

⁹ Através do voluntarismo dos seus responsáveis pela política externa.

¹⁰ Martins, Marco António (2010). Recensão Crítica de Noya, Javier (2007). *Diplomacia Pública para el siglo XXI. La gestión de la imagen exterior y la opinión pública internacional*. Madrid: Ariel: 469 pp., *JANUS.NET e-journal of International Relations*, N.º 1, Outono 2010. Consultado [online] em 16-09-2014 em janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_voll_n1/pt_voll_n1_rec1.html.

¹¹ Mark Leonard, *Public Diplomacy*, Londres, The Foreign Policy Centre, 2002, p. 8.

nacionais e estrangeiras e atua a curto prazo. Após a tomada de decisões, os funcionários do governo nas democracias modernas geralmente dedicam uma boa dose de atenção à gestão de notícias do cotidiano para *o que e como* dizer à imprensa.

A segunda dimensão, *Strategic Communications*, é trabalhada a médio prazo e diz respeito a atividades de comunicação estratégica, envolvendo um conjunto de temas simples tal como uma campanha política ou a publicidade faz. Os planos de campanha, eventos simbólicos e comunicações ao longo de um ano servem para reforçar temas centrais ou para fazer avançar uma política do governo em particular, tentando influenciar ativamente a agenda informativa e organizando atividades, nos planos da cultura, ciência, tecnologia, ou da economia, que sejam úteis para a imagem do país.

Por último, conduzida a longo prazo e a mais relevante para este trabalho, é a diplomacia pública sob a perspectiva de *Relationship Building* através da construção de relacionamentos e vínculos duradouros com pessoas-chave ao longo de muitos anos, através de bolsas de estudo, intercâmbios, formação, seminários, conferências e acesso aos canais de *media*. Assim são desenvolvidas relações com alvos que tenham interesse do ponto de vista estratégico para os objetivos de determinado país entre pares políticos, assessores especiais, empresários, empreendedores culturais ou acadêmicos. Isso pode ocorrer nas três esferas de diplomacia pública e visa a criação de uma análise comum sobre certos assuntos transmitindo aos intervenientes uma ideia mais clara das motivações e fatores subjacentes às suas ações, de modo a que no momento em que se encontram para discutir questões individuais uma grande parte do trabalho de fundo já foi feito.

Cada uma dessas três dimensões da diplomacia pública desempenha um papel importante ajudando a criar uma imagem atrativa de um país, fazendo com que este possa melhorar as suas perspectivas para a obtenção dos resultados desejados.

2. *Soft Power*

O fundamento do *soft power* é bem familiar no panorama das Relações Internacionais. Este conceito, desenvolvido por Joseph Nye da Universidade de Harvard, descreve a "ability to affect others to obtain the outcomes one wants through

attraction rather than coercion or payment¹²" Noutras palavras, é o poder de conseguir que outros desejem o que um Estado quer através da atração ao invés da coerção. Ao contrário de *hard power* que envolve o uso da força militar, *soft power* é a capacidade de cooperar com, ou persuadir, outros países ou atores a acompanhar ou a querer o que um país quer. Pode-se afirmar que uma nação exerce dito poder quando convence os outros a apoiar os seus objetivos sem ter que empregar a força, sanções económicas ou outros instrumentos coercivos do Estado. Nas palavras de Nye, "*soft power*", "[...] rests on its resources of culture, values, and policies": a sua cultura (em países onde esta é atrativa para os outros), os seus valores políticos (quando estes são aceitáveis tanto no plano doméstico como no exterior), e sua política externa (quando é vista como legítima e com autoridade moral).

3. Diplomacia Pública e *Soft Power*

Szondi afirma que o conceito de *soft power* se tornou central para várias conceções da diplomacia pública embora a relação entre *soft power* e diplomacia pública seja vaga e controversa¹³. Exemplo dessa interdependência conceptual é a perceção de Nye que define a diplomacia pública como promoção de *soft power* "Public diplomacy has a long history as a means of promoting a country's soft power"¹⁴. Outra ideia tem Melissen que defende a diplomacia pública não como promotora mas como um dos instrumentos de *soft power*, "Public diplomacy can then be seen as the instrumentalisation of soft power"¹⁵.

Joseph S. Nye, Jr. refere que, "In international politics, the resources that produce soft power arise in large part from the values an organization or country expresses in its culture, in the examples it sets by its internal practices and policies, and in the way it handles its relations with others. Public diplomacy is an instrument that governments use to mobilize these resources to communicate with and attract the public of other countries, rather than merely their governments. Public diplomacy tries to

¹² Joseph S. Nye, Jr., "Public Diplomacy and Soft Power", *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 2008, p. 94.

¹³ Gyorgi Szondi, *op. cit.*, p. 13.

¹⁴ Joseph S. Nye, Jr., *op. cit.* p. 95.

¹⁵ Jan Melissen, "Public Diplomacy Between Theory and Practice" in: *The Present And Future Of Public Diplomacy: A European Perspective. The 2006 Madrid Conference on Public Diplomacy*, Javier Noya (ed.), Madrid, Real Instituto Elcano, 2006, p. 11.

attract by drawing attention to these potential resources through broadcasting, subsidizing cultural exports, arranging exchanges, and so forth.¹⁶"

Tendo em conta o que foi exposto acerca dos dois conceitos, pode entender-se *soft power* como a capacidade de fazer com que outros estados queiram o que um estado quer e a diplomacia pública como os métodos e práticas que fazem uso dessa capacidade.

Entendendo a correlação dos conceitos, o que importa para este trabalho é inserir a formação diplomática num deles, como será visto adiante no final do próximo capítulo.

¹⁶ Joseph S. Nye, Jr., *op.cit.*, p. 96.

CAPÍTULO II - O INSTITUTO DIPLOMÁTICO E O SEU PAPEL COMO ENTIDADE FORMADORA

1. O seu enquadramento no MNE

O Instituto Diplomático, abreviadamente designado por IDI, oficialmente criado a 24 de Fevereiro de 1994 através do Decreto-Lei n.º 54/94, de 24 de fevereiro é um dos serviços integrados da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (SGMNE). Como tal, é importante apresentar brevemente a estrutura do MNE assim como da Secretaria Geral para melhor se perceber como o IDI se encontra enquadrado.

O MNE, situado no Palácio das Necessidades¹⁷, é responsável pela execução da política externa portuguesa assim como pela cooperação para o desenvolvimento e de ligação às comunidades portuguesas no mundo, devendo também coordenar as ações externas dos outros ministérios¹⁸.

No âmbito do MNE, integram-se na administração direta do Estado os seguintes serviços centrais: Secretaria-Geral (SGMNE); Direção-Geral de Política Externa (DGPE); Inspeção-Geral Diplomática e Consular (IGDC); Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE); Direção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos; Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP).

Ainda no quadro da administração direta do Estado, o MNE contempla as Embaixadas, as Missões e Representações permanentes e Missões temporárias e os Postos consulares como serviços periféricos externos.

Já na administração indireta, inserem-se, no MNE, sob superintendência e tutela do respetivo ministro, o Fundo para as Relações Internacionais, I. P. (FRI); o Instituto Camões, I. P.; o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento; a Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CILBH) e ainda a

¹⁷Após a proclamação da República, em 1910, o Palácio das Necessidades ficou vazio até ser ocupado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros que, vindo do Terreiro do Paço, ali se instalou por volta de 1950.

¹⁸Cf. em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/sobre-o-ministerio-dos-negocios-estrangeiros.aspx>.

Comissão Nacional da UNESCO. Como órgão consultivo detém ainda o Conselho das Comunidades Portuguesas¹⁹.

A SGMNE é dirigida por um secretário-geral - que é o mais alto funcionário da hierarquia do MNE - e tem como funções assegurar "apoio técnico e administrativo aos órgãos, serviços e gabinetes dos membros do Governo integrados no MNE nos domínios da gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, do protocolo do Estado, do apoio jurídico e contencioso, das tecnologias de informação e comunicação, da formação do pessoal, da diplomacia pública e da informação²⁰".

A SGMNE integra as unidades orgânicas nucleares que funcionam diretamente junto do secretário-geral. São elas:

1. o Protocolo de Estado (Protocolo): a quem compete as atividades de carácter Cerimonial; *Agréments*²¹ de Embaixadores Estrangeiros, Beneplácitos e Cartas Patentes Cônsules; atribuição de Dispensas e Privilégios ao Corpo Diplomático das organizações internacionais com sede em Portugal e das várias Embaixadas acreditadas em Lisboa; Honorários; Mensagens dos dias nacionais, Passaportes Diplomáticos, contabilidade e controlo da conta relativa a despesas; visitas de Estado e equiparadas a Portugal, eventos de S.Ex^a. o Ministro dos Negócios Estrangeiros e S.Exas. os Secretários de Estado;
2. o Departamento Geral de Administração (DGA): serviço a que compete a gestão dos recursos humanos e a administração financeira e patrimonial dos serviços do MNE;
3. o Departamento de Assuntos Jurídicos (DAJ): divide-se na Direção de Serviços de Direito Internacional e na Direção de Serviços de Direito Interno. A primeira conta com funções como emissão de pareceres e elaboração de estudos sobre matérias de natureza jurídica internacional, apoio técnico na negociação de tratados e acordos internacionais, assistência nas questões contenciosas internacionais, preparação do processo interno de vinculação do Estado português às convenções internacionais e ainda tradução jurídica de

¹⁹ Informação disponibilizada no sítio do MNE em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/organizacoes-e-funcoes.aspx>.

²⁰ In: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/secretaria-geral.aspx>.

²¹ Manifestação por parte do Estado recetor de que nada tem a opor à pessoa que um Estado acreditante se propõe nomear como Chefe de Missão.

instrumentos internacionais. A segunda tem tarefas como emissão de pareceres e elaboração de estudos sobre matérias de natureza jurídica interna, colaboração na preparação de projetos de diploma, representação do MNE nos processos de contencioso administrativo e em juízo; e, finalmente,

4. o Instituto Diplomático (IDI), cuja estrutura será adiante descrita mais pormenorizadamente.

ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Janeiro 2014

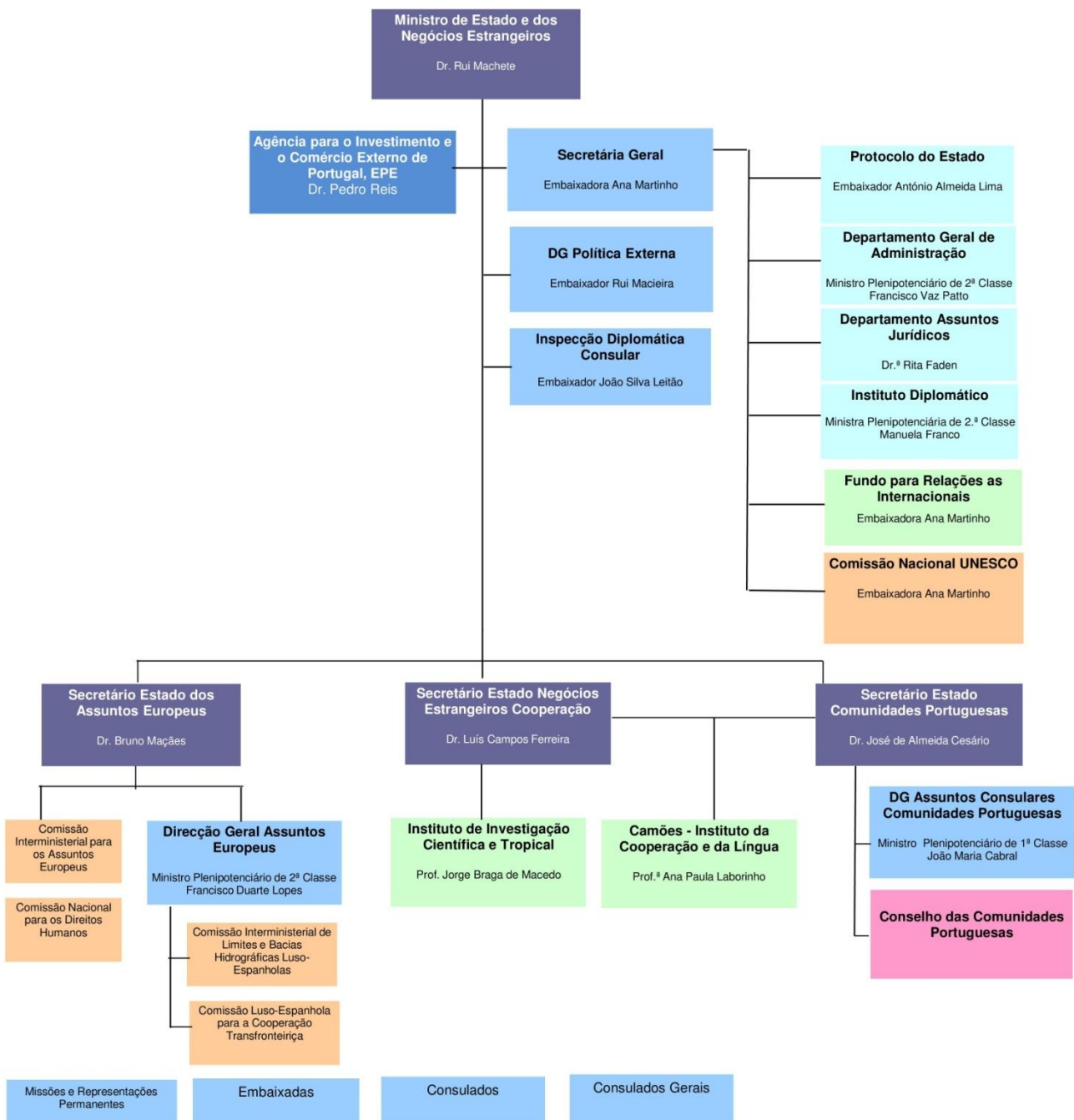


Figura 1 - Organograma MNE

2. O Instituto Diplomático

O IDI, é então um dos serviços integrados da SGMNE a par do Protocolo, da DGA e do DAJ - unidades orgânicas com que o IDI interage diariamente. Entende-se a interdependência destes serviços na medida em que é com o Protocolo que o Instituto trabalha no âmbito de atividades cerimoniais ou de visitas ao Palácio das Necessidades, com a DGA interage em relação a gestão de recursos humanos e é à DAJ que solicita apoio técnico-jurídico.

2.1. Missão, atribuições e visão

Missão

O IDI tem como missão assegurar a formação de alto nível do pessoal diplomático e a elaboração de estudos de análise estratégica relevantes para a política externa portuguesa. O estatuto e missão do IDI encontram-se devidamente expressos na Lei Orgânica da Secretaria Geral do MNE, estabelecida pelo Decreto Regulamentar nº10/2012, de 19 de Janeiro de 2012, nos artigos 14.º e 15.º.

Atribuições

No artigo 14º são referidas as competências atribuídas ao IDI, destacando-se no âmbito deste trabalho, as seguintes:

"b) Organizar, participar na organização e efectuar cursos, ciclos de estudos, seminários, encontros e estágios sobre temas incluídos na mesma área";

c) Organizar e realizar cursos de formação inicial, complementar ou de actualização dos funcionários do quadro diplomático requeridos pelo seu estatuto profissional, nos termos que forem definidos pelo secretário -geral, bem como dos restantes grupos de pessoal do mapa do MNE;

d) Fomentar a investigação e o estudo nos domínios da diplomacia e da recíproca interação da política interna e internacional, por forma a contribuir para a definição e actualização da estratégia da política externa nacional;"

O primeiro refere que cabe ao IDI a organização bem como a participação em seminários, conferências, etc., que se insiram na área das relações internacionais e no domínio da diplomacia, contemplando assim, a organização de diversas formações; o segundo ponto refere-se ao planeamento e concretização de diversos cursos de formação dos funcionários do quadro diplomático do MNE; o terceiro indica que compete ao IDI fomentar a investigação e estudo na área diplomática, subentendendo-se que a investigação abrangerá também as ações de formação, visto que investigar é também um dos elementos de que esta se compõe.

Visão

O IDI sustenta como objetivo a longo prazo ser reconhecido, no âmbito da sua atuação no quadro da Política Externa, como um serviço de projeção nacional e internacional assim como um elemento importante de cooperação, com especial ênfase nas vertentes da Diplomacia Pública, da Investigação e Estudos, da Formação de Alto Nível, e da Divisão do Arquivo e Biblioteca (DAB).

2.2. Estrutura Orgânica

O IDI é atualmente dirigido por uma Diretora, a Dra. Manuela Franco, precedida pelo Embaixador Carlos Neves Ferreira. Em funções desde Fevereiro de 2012, a Diretora foi nomeada pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas. Depois da alteração orgânica de 2007, foi a primeira a assumir-se como Diretora, ao invés de Presidente, e tem ainda sob dependência a Divisão do Arquivo Biblioteca e (DAB) e a equipa de projeto do Centro de Formação (CF). A arquitetura da estrutura orgânica aqui apresentada espelha o trabalho técnico realizado através de uma análise organizativa funcional por competências, através da construção de pelouros, no sentido de maximizar a eficiência e melhorar os procedimentos de trabalho do Instituto.

O IDI tem então o seguinte Organograma:

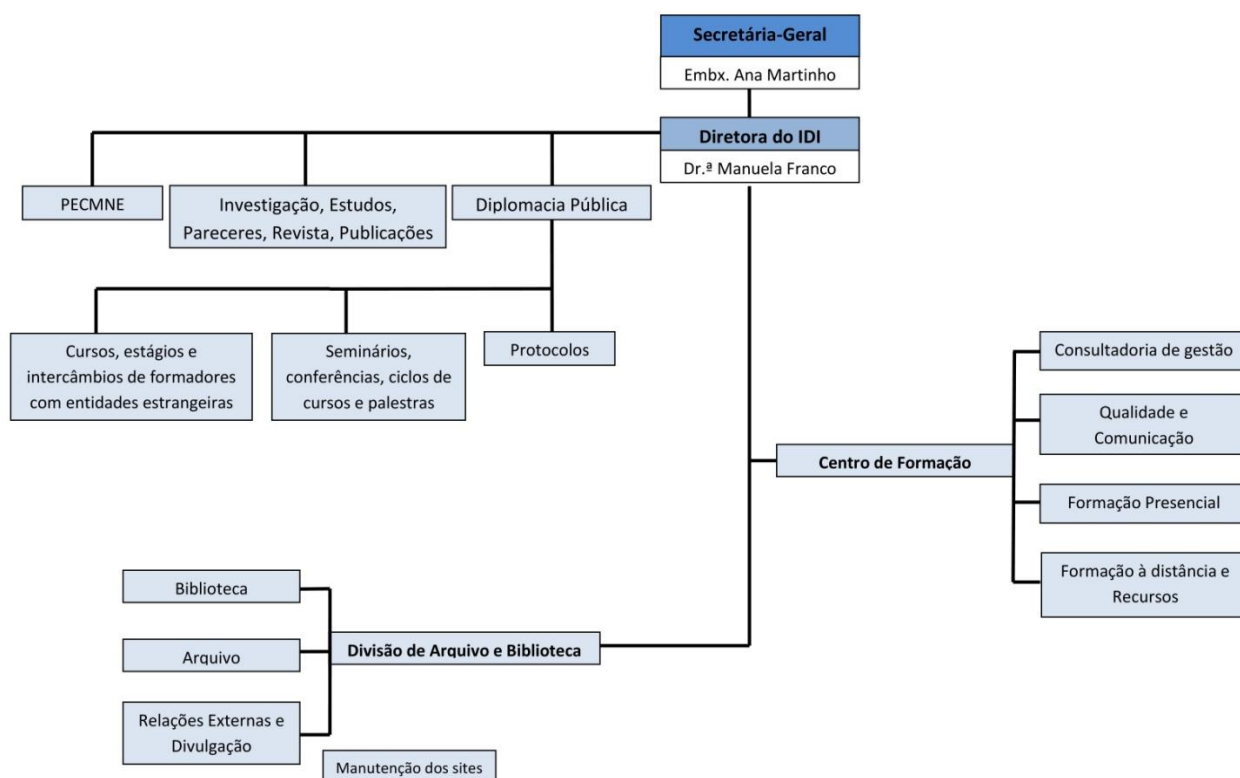


Figura 2 - Organograma IDI

2.3. Atividades Gerais do IDI

Uma vez apresentado o organograma, entende-se melhor como o IDI segue um modelo funcional de competências, dividindo-se por Pelouros no que toca à realização das Atividades Gerais. Estas distribuem-se pela Diplomacia Pública, pela Investigação Estudos e Pareceres, pela organização de Estágios, pelo Arquivo e Biblioteca, e pelo Centro de Formação.

As atividades da DAB prendem-se com o trabalho de gestão do arquivo e da biblioteca, nomeadamente no que respeita ao atendimento ao público e na resposta aos pedidos de informação sobre documentação e bibliografia. Cabe ainda no âmbito das atividades de difusão e informação, a publicação de obras de variadas temáticas relacionadas com a Política Externa, e em diferentes formatos.

O Centro de Formação, criado recentemente a 18 de Agosto por Despacho do Secretário Geral, enquanto Equipa de Projeto de Serviços Partilhados e em articulação com a DGA, tem como atribuições essenciais a prestação de serviços de suporte ao MNE, no âmbito da política de formação, desenhada para promover eficiência, criação de valor e redução de custos. Neste sentido, é da competência do CF apresentar a Proposta de Plano de Formação do MNE, o qual se deve sustentar nos resultados do

Diagnóstico de Necessidades Formativas de todos os Serviços Internos do MNE, onde se incluem as Direções Gerais, Gabinetes e Institutos Públicos, (administração direta e indireta do Estado), e Serviços Externos, ao nível das Embaixadas (áreas de jurisdição) e Representações de Portugal.

O ponto de interesse desta unidade para este relatório prende-se com as atividades realizadas no âmbito da diplomacia pública, nomeadamente as atividades de formação diplomática em regime de cooperação. No que respeita a este tema, as atividades gerais realizadas pelo IDI realizam-se através da organização e realização de Seminários, Conferências, Cursos, Ciclos e Palestras assim como cursos para Estrangeiros e Nacionais no âmbito das Relações Internacionais e do estabelecimento de Protocolos com outras Instituições.

3. O IDI e a Formação Diplomática

A formação é fundamental para muitos diplomatas de carreira que têm um sólido conhecimento em política e relações internacionais, mas que carecem de determinadas competências. Ao longo das suas carreiras, diplomatas, militares, e outros profissionais de relações exteriores devem aperfeiçoar as suas capacidades profissionais para manterem a eficácia num progresso global. Posto isto, surgem os programas de formação diplomática que têm o objetivo de desenvolver e ampliar as aptidões e capacidades diplomáticas, assim como de aprofundar o conhecimento de assuntos internacionais para os profissionais da política externa.

3.1. Tipos de formação diplomática

Depois de uma familiarização com os vários tipos de instituições de formação diplomática, importa também conhecer as variáveis das formações. Os programas variam consoante: a posição do formando em relação à sua posição na carreira diplomática, ou seja, se ocorre antes ou depois dos processos de formação de admissão aos Ministérios; o regime horário, se é feita em full ou part-time; se é de componente teórica, prática ou teórico-prática; qual o público-alvo, se se trata de estudantes

universitários, diplomatas em início de carreira, a meio de carreira ou a desempenhar funções de chefia²².

3.2. Entidades de formação diplomática nos outros países

De acordo com Paul W. Meerts, que propôs uma modelização de instituições de formação diplomática tendo em conta a relação de proximidade de inserção destas com os respetivos Ministérios, existem quatro tipos de entidades formadoras²³:

1. Academias diplomáticas: fazem parte dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e na maioria dos casos contam com um Embaixador ou Professor na direção sendo constituídas por funcionários do Ministério.
2. Escolas de Formação de Diplomatas: departamentos de Universidades públicas ou privadas com a capacidade de formar estudantes a nível de licenciatura na área da diplomacia e onde que existe alguma articulação com os ministérios.
3. Institutos de Relações Internacionais: trata-se de organizações independentes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, ao contrário dos outros dois tipos de instituições anteriores, embora possam ser subsidiados por estes.
4. Institutos sedeados em Organizações Internacionais: organizações de treino de diplomatas agregadas, organizações internacionais multilaterais, financiadas pelos governos que as integram e entidades privadas. Ex.: United Nations Institute for Training and Research (UNITAR).

Sucintamente apresentados estes quatro tipos de instituições de formação diplomática, e depois da descrição organizacional feita anteriormente do IDI, será claro reconhecê-lo no primeiro grupo, embora se denomine Instituto Diplomático e não Academia. Mais à frente, depois de apresentados os membros da Iniciativa 5+5, sobre a qual este trabalho se debruça, as entidades formadoras serão enquadradas nesta tipologia no Capítulo III.

²² Armando Marques Guedes e Nuno Canas Mendes, “Os Institutos Diplomáticos e a Formação de Diplomatas” in Revista Negócios Estrangeiros, n.º 9.1., março 2006, p. 81.

²³ Armando Marques Guedes e Nuno Canas Mendes, *op.cit.*, p. 80.

3.3. Formação Diplomática ministrada pelo IDI

O IDI ministra formação tanto a nível interno como a nível externo. A nível interno, o IDI organiza e realiza cursos de formação inicial, complementar ou de atualização dos funcionários do quadro diplomático requeridos pelo seu estatuto profissional, nos termos definidos pela Secretaria Geral do MNE, bem como dos restantes grupos do mapa de pessoal do MNE²⁴.

A formação diplomática interna dota os diplomatas, já em exercício de funções, de ferramentas indispensáveis para que estes possam conduzir os assuntos diplomáticos de forma eficiente e de acordo com as necessidades do momento.

Quanto à formação externa, assente em regime de cooperação, tem como destinatários formandos que não correspondem ao quadro de funcionários do MNE. No entanto, isso não prevê que a formação externa não possa acontecer nas instalações do MNE. Neste caso, o IDI colabora com outros Estados e instituições na formação de diplomatas e funcionários como será visto posteriormente. O Instituto começou a ministrar formação para diplomatas estrangeiros em 1997 a funcionários de Países de Língua Oficial Portuguesa, Ibero-americanos (no âmbito da Cimeira Ibero-Americana) e de origens tão distintas como o Iraque ou Ilhas Marshall, o Vietname, o Azerbaijão, o Suriname, a Micronésia, entre muitos outros, tendo levado a cabo, até 2012, múltiplas formações em matérias como a Prática Diplomática, o Direito Internacional Público ou o Protocolo e Cerimonial²⁵. Casos há em que algumas formações são simultaneamente internas e externas, ou seja quando os destinatários da formação não são exclusivamente funcionários do MNE ou estrangeiros, como são os casos do Seminário Internacional “Europa e África: perspetivas de relacionamento” e do “Curso de Política Externa Nacional (CPEN)” para Adidos de Embaixada e mais 82 auditores externos.

A organização destes cursos é levada a cabo pelo IDI, no âmbito de Memorandos de Entendimento - instrumentos jurídicos de cariz não vinculativo (não sendo criadores de obrigações legais) - com congéneres de outros países²⁶. Estes tipo de documentos visam estabelecer e regular a prossecução de finalidades comuns entre os signatários. No que respeita ao IDI, estes documentos regulam as relações com congéneres e outras instituições nacionais e internacionais, em matérias como a

²⁴ Cf. <http://idi.mne.pt/pt/formacao/idi.html>.

²⁵ Cf. <http://idi.mne.pt/pt/livre.html>.

²⁶ Ver exemplo de Protocolo de Cooperação utilizado no Anexo 1.

formação diplomática, a troca de documentação, a facilitação de acesso a materiais documentais, ou outros assuntos no âmbito das suas competências²⁷. Até ao momento Portugal estabeleceu relações naquelas matérias com 33 países²⁸.

3.4. Formação Diplomática no âmbito da diplomacia pública

Na política internacional, os recursos que produzem *soft power* surgem, em grande parte, a partir dos valores de uma organização ou de um país expressos na sua cultura, nos passos dados que são estabelecidos pelas práticas e políticas internas, e na forma como lidam nas suas relações com os demais. A diplomacia pública é um instrumento que os governos utilizam para mobilizar esses recursos, para comunicar com e atrair os públicos de outros países, em vez dos seus governos apenas. A diplomacia pública tenta aproximar outros países chamando a atenção para esses potenciais recursos através da difusão, subsidiando exportações culturais, organizando intercâmbios, entre outras atividades.

Neste sentido, a formação diplomática ministrada a estrangeiros é mais uma forma de Portugal, através do IDI, executar diplomacia pública pois consiste numa oportunidade para a promoção da cultura portuguesa. Sendo que a formação baseia-se muitas vezes num primeiro contacto com a nossa cultura, com o MNE e outras instituições portuguesas, pode ser criado no futuro uma certa simpatia e um certo interesse do público-alvo, fazendo com que este possa funcionar como um meio de divulgação de uma imagem positiva de Portugal. Ou seja, o mesmo é dizer que é no fundo uma ação de diplomacia pública).

²⁷ Informação disponível em: <http://idi.mne.pt/pt/protocolos.html>.

²⁸ Lista de Protocolos Internacionais no Anexo 2.

CAPÍTULO III - INICIATIVA 5+5

1. Iniciativas de cooperação no Mediterrâneo

O termo Mediterrâneo deriva da palavra latina *Mediterraneus*, que significa entre as terras. O mar Mediterrâneo através da história da humanidade tem sido conhecido por nomes diferentes. O antigos romanos chamavam-no de *Mare Nostrum*, que significa "nosso mar". Pelos árabes era chamado de *al-Bahr al-al-Abyad Mutawassit* (árabe euq o , "oieM od ocnarB raM" ,ajes uo البحر الأبيض المتوسط) inspirou o termo turco *Akdeniz* que significa "Mar Branco".

A bacia do Mediterrâneo estende-se cerca de 3 800 km de leste para oeste, desde o extremo de Portugal até à costa do Líbano, e cerca de 1 000 km de norte para sul, desde a Itália até Marrocos e à Líbia²⁹. Está política e estrategicamente ligada ao resto da Europa, aos seus vizinhos do Mar Negro, ao Médio Oriente e ao continente africano. Rica em variedade e complexidade, a região apresenta oportunidades únicas para os Estados do litoral e seus vizinhos também.

A margem norte do Mediterrâneo corresponde à Europa do Sul: Grécia, Itália, França, Espanha e Portugal; e poderá incluir os países do Adriático, que são indiretamente influenciados por ele. Na margem sul do Mediterrâneo temos os países do Norte de África ou Magrebe onde se incluem o Egito, Líbia, Argélia, Tunísia e Marrocos.

A região é marcada por várias particularidades, nomeadamente de índole geográfica e histórica, e uma certa perceção de união. No entanto, a mesma região é "also marked by an arc of crisis that results from mistrust among states, unstable domestic settings, and drastic economic cleavages³⁰" em que essas consequências na margem sul resultam numa sensação de insegurança, na militarização excessiva, no surgimento de movimentos radicais, a violência doméstica e o aumento da imigração ilegal.

²⁹ Herstin Sandseth, *Natura 2000 na Região Mediterrânica*, Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia, 2010, p.3.

³⁰ Fred Tanner, "The Mediterranean Pact : A Framework For Soft Security Co-Operation Mediterranean Politics", Vol. 1, No. 3, 1996. 1, No. 3, In: <http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2012/01/7.-THE-MEDITERRANEAN-PACT.pdf>.

Verifica-se uma grande disparidade entre as duas margens da bacia do mediterrâneo, pois enquanto a margem norte "enjoys strengthened political and economic integration, deep divisions characterize the relations of southern states. Democratic and rich, the north contrasts with the poverty and political turmoil of the south. The southern region is also plagued by a lack of infrastructure, a poorly-educated workforce and high unemployment"³¹."

Para além da realidade distinta presente entre margens, os países do Mediterrâneo têm enfrentado desafios importantes de segurança transnacional, tais como "International and internal migration, terrorism, money laundering, organized crime, environmental degradation and human trafficking are but a few of the problems of the region", gerando uma relação de correlação entre eles, "these impediments to the region's security and economic growth can neither be confronted independently nor be viewed in isolation from one another"³²."

Assim, a natureza extensiva dessas ameaças à estabilidade na região exigem uma resposta global e trans-regional. A estabilidade e a paz duradoura só podem, portanto, ser alcançadas "if the security co-operation includes an economic and cultural dimension, including human rights, democratic values and fundamental freedoms."³³

A primeira tentativa de incluir as questões do Mediterrâneo na agenda internacional data de 1975, altura em que se debatia o Processo de Helsínquia e houve várias insistências no sentido de aí incluir um capítulo sobre o Mediterrâneo com a fundamentação de que a segurança na Europa estava intimamente ligada à segurança no Mediterrâneo como um todo³⁴. Posteriormente esse capítulo acabou por ser inserido na ata final como *Questions relating to Security and Co-operation in the Mediterranean*.

Desde então, várias organizações e fóruns têm tido como principais objetivos lidar com as questões dos países em torno do Mediterrâneo, algumas tendo mesmo sido criadas para o efeito, sendo que ao longo dos últimos anos, foi lançada uma série de iniciativas com o propósito de encontrar soluções para os vários problemas que afetam a região.

³¹ Katia Adamo e Paolo Garonna, "Euro-Mediterranean Integration and Cooperation: Prospects and Challenges", *PAM Standing Committee for Economic, Social and Environmental Cooperation* in Malta, 2008, p. 73.

³² Idem, *ibidem*.

³³ Fred Tanner, *op.cit.*

³⁴ In: <http://www.osce.org/networks/111472>.

Hoje em dia, existem várias e amplas iniciativas que requerem uma cooperação multilateral de perto. Estas vão diferindo consoante a sua composição/seus membros: em algumas organizações não estão incluídos todos os países da bacia mediterrânea enquanto que em outras vão muito além das suas fronteiras. Embora uma característica comum a todas estas iniciativas seja as áreas de ação gerais, cada uma desenvolve objetivos e prioridades específicas no âmbito da cooperação regional.

Atualmente existem várias iniciativas sobre o mediterrâneo - umas mais ativas que outras. Este trabalho incidirá apenas sobre algumas em que Portugal se encontra inserido: o Diálogo Mediterrâneo da NATO, a Parceria Euro-Mediterrânea, a Política Europeia de Vizinhança e o Diálogo 5+5³⁵. Cada uma delas será apresentada muito brevemente, tendo em conta o objetivo de as distinguir e, finalmente, haverá que perceber o que traz de novo a última iniciativa mencionada, à qual será prestado obviamente mais detalhe e atenção, dado o pressuposto deste trabalho.

1.1. Diálogo Mediterrânico

O Diálogo do Mediterrâneo (DM), iniciado em 1994 pela Organização do Tratado do Atlântico Norte, consiste num fórum de cooperação entre os membros desta e a Argélia, o Egipto, Israel, a Jordânia, a Mauritânia, Marrocos e a Tunísia.

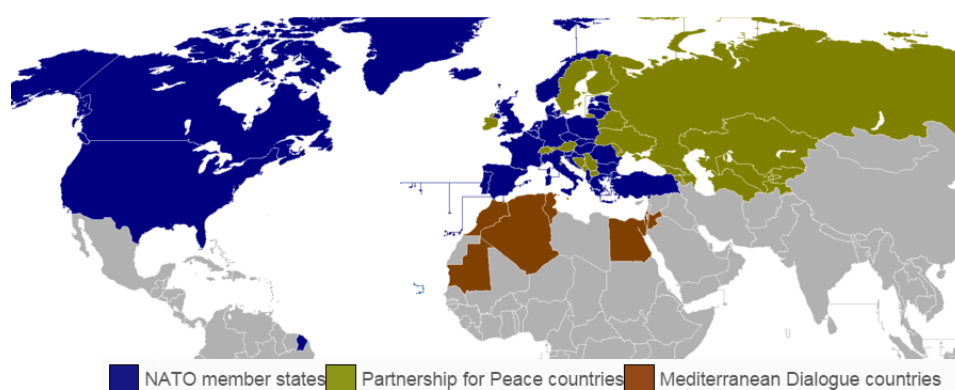


Figura 3 - Mapa de Incidência Geográfica do DM

³⁵ Portugal participa ainda em mais iniciativas de cooperação sobre o Mediterrâneo: o Fórum Mediterrâneo que é desenvolvido à margem do processo de Barcelona e não deve ser confundido com o Fórum Euro-Mediterrânico; o OSCE Mediterranean Contact Group, a Conference on Security and Cooperation in the Mediterranean (CSCM) e Inter-Parliamentary CSCM, e pertenceu ainda à extinta WEU Mediterranean Framework.

Esta iniciativa surgiu por parte de três membros da NATO, Espanha, Itália e França, que defendiam que esta organização deveria ter interesse na estabilidade na região do Mediterrâneo uma vez que poderiam surgir problemas ao longo das suas fronteiras do sul, tendo em conta o potencial para a instabilidade na região, principalmente como resultado do fundamentalismo Islâmico e da proliferação de armas de destruição maciça³⁶.

Os objetivos cruciais do Diálogo do Mediterrâneo visam essencialmente contribuir para a segurança e a estabilidade regional, melhorar a compreensão mútua entre os membros assim como desfazer quaisquer equívocos sobre a NATO entre os países do Diálogo³⁷.

O lançamento do Diálogo Mediterrânico e o seu desenvolvimento posterior foi baseado numa série de princípios como: a não discriminação na medida em que aos parceiros mediterrânicos é dada a mesma base de cooperação com a NATO; autodiferenciação em que os países são livres de escolher a extensão e intensidade da sua cooperação; inclusão; compromisso num regime de *two-way partnership* em que a NATO procura a contribuição dos parceiros para o seu sucesso através de um processo de consulta regular; não imposição, uma vez que não há nenhuma pretensão da parte da NATO em impor algo sobre eles, complementaridade e reforço mútuo com outras parceiras internacionais e, por fim, diversidade, em que são respeitados os contextos regionais, culturais e políticas específicas dos parceiros.

A flexibilidade tem sido o *leitmotiv* do DM desde o seu início. Não obstante, as diferenças no grupo impediram um verdadeiro empenho com a causa dos países participantes - especialmente por causa da adesão de Israel, o que colocou problemas a muitos outros Estados membros.

Embora a cooperação bilateral tenha vindo a ser desenvolvida de forma relativamente harmoniosa, a cooperação multilateral tem sido difícil devido às diferenças dos membros com Israel sobre a questão palestiniana, sendo o próprio atual Secretário-Geral da NATO a referir que "The Israeli-Palestinian conflict may no longer be perceived as the only problem in the region, but it still constitutes a major

³⁶ Dick A. Leurdijk, "NATO's Mediterranean Dialogue. The Emergence of a Front Line in the War on Terrorism", adapted text of a presentation given at a symposium entitled 'Examination of the Regions of Crisis from the Perspectives of Turkey, NATO and the European Union, and their Impacts on the Security of Turkey', organized by the Turkish General Staff in Istanbul on May 27-28 2004, p.1.

³⁷ Informação disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_60021.htm?

impediment in addressing other issues that threaten regional stability. The lack of a solution to the Israeli – Palestinian conflict continues to undermine the stability of the region³⁸ e, mais recentemente, à deterioração das relações turco-israelitas.

A NATO contornou este obstáculo, criando uma estrutura bilateral de negócios (NATO+1), enquanto reuniões multilaterais são realizadas regularmente (NATO+7). De salientar que estes encontros multilaterais são realizados com prudência pois ao mesmo tempo que "there is a desire to work on a multilateral basis, there remains a considerable amount of skepticism and mistrust between many of the MD partners³⁹". No entanto, estes parceiros acreditam também que "working together on a multilateral basis may dispel some of the fears and suspicions⁴⁰".

O grupo reuniu pela última vez, a nível ministerial, em 2008. Uma iniciativa para reunir Israel e os ministros de seis países árabes no grupo DM da NATO em 2013 foi rejeitada pela Turquia e pelo Egito, que invocaram que não era o momento certo para tal reunião⁴¹.

O Diálogo do Mediterrâneo também tem sentido dificuldades devido à proliferação de outros diálogos sobre a segurança do Mediterrâneo. Outro obstáculo ao desenvolvimento deste fórum é o facto de que muitos países do Mediterrâneo consideram difícil distinguir entre estas várias iniciativas diplomáticas.⁴²

³⁸Secretário-Geral da NATO Anders Fogh Rasmussen, "Speech delivered to the 11th Herzliya Conference," 9 February 2011, disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_70537.htm.

³⁹Matthew Mark Horn, "NATO, The Mediterranean Dialogue, and the Middle East: It Is Time For Nato To Get Serious", Vol.10, N.º 4, p.104.

⁴⁰ Idem, ibidem.

⁴¹NATO's Mediterranean dialogue, By Vedran Obućina September 15, 2013, <http://www.theatlanticpost.com/europe/natos-mediterranean-dialogue-2840.html>.

⁴² In: <http://nationalinterest.org/commentary/nato-needs-southern-strategy-9769>.

1.2. Parceria Euro Mediterrânica / União para o Mediterrâneo

A Conferência de Barcelona, realizada entre 27 e 28 Novembro de 1995, criou a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM), entre os então quinze Estados membros da UE e os doze do Mediterrâneo – Argélia, Chipre, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e Autoridade Palestiniana.

A Declaração de Barcelona foi o ato criador desta Parceria que era vista como uma nova estratégia mediterrânica para uma cooperação global e solidária. O principal objetivo desta parceria política e de segurança assentava essencialmente em tornar o Mediterrâneo num espaço comum de paz e estabilidade, baseada nos princípios da democracia e do respeito pelos direitos humanos. Esta nova parceria euro-mediterrânica articula-se em torno de três componentes essenciais:

- A componente política e de segurança, cujo objetivo é a definição de um espaço comum de paz e de estabilidade.
- A componente económica e financeira, que deve permitir a construção de uma zona de prosperidade partilhada.
- A componente social, cultural e humana, que visa desenvolver os recursos humanos, favorecer a compreensão entre as culturas e os intercâmbios entre as sociedades civis.

Primeiramente, no que respeita à componente política e de segurança foi decidido na Conferência de Barcelona realizar um diálogo político global e regular que completa o diálogo bilateral, com o fim de ultrapassar o bilateralismo clássico que marca desde há longa data as relações euro-mediterrânicas.

Relativamente à componente económica e financeira, pretendia-se gerar uma zona de prosperidade partilhada através do desenvolvimento gradual de uma zona de comércio livre entre a UE e os seus parceiros mediterrânicos e entre os próprios parceiros. Com a finalidade de realizar este objetivo, a União Europeia e os seus parceiros acordaram em estabelecer uma parceria económica e financeira assente na instituição progressiva de uma zona de comércio livre; na execução, a nível económico, de uma cooperação e de uma concertação adequadas nos domínios em causa; no aumento substancial da assistência financeira da UE aos seus parceiros.

Quanto à componente social, cultural e humana, os parceiros acordaram em instituir uma parceria nos domínios social, cultural e humano, cujo objetivo é a aproximação e a compreensão entre os respetivos povos, bem como a melhoria da perceção mútua. Essa parceria baseia-se no compromisso delicado entre, por um lado, a existência, o reconhecimento e o respeito mútuo das tradições, das culturas e das civilizações diversas de uma e de outra partes do Mediterrâneo e, por outro, a valorização das raízes comuns.

No sentido de operacionalizar estas ideias, sentiu-se a necessidade de desenvolver um sistema facilitador através de:

- Apoio à transição económica, através da criação de uma zona euro-mediterrânica de comércio livre até ao ano 2020, da dinamização do sector privado, da dinamização do investimento privado europeu, e da adequação das infraestruturas económicas.
- Apoio a um maior equilíbrio socioeconómico através da melhoria dos serviços sociais, do desenvolvimento harmonioso e integrado do mundo rural, do reforço da cooperação no domínio das pescas, da proteção do ambiente, da participação das sociedades civis no desenvolvimento, do desenvolvimento integrado dos recursos humanos, designadamente da educação e da formação profissional, do reforço da democracia e respeito dos direitos do homem, do apoio aos intercâmbios culturais e, finalmente, da cooperação e assistência técnica a fim de reduzir a imigração clandestina, o tráfico de drogas, o terrorismo e a criminalidade internacional.

Em 2003, a PEM foi incluída na Política Europeia de Vizinhança (PEV) passando a ser gerida num quadro alargado, que inclui as várias iniciativas europeias de vizinhança, e financiada pelo Instrumento Europeu de Vizinhança e de Parceria (IEVP), substituindo assim o anterior instrumento financiador MEDA⁴³.

Em março de 2004, uma dimensão parlamentar com funções consultivas e de assessoria foi acrescentada ao processo de Barcelona, com a criação da Assembleia

⁴³ O Programa MEDA era o principal instrumento financeiro para a execução da PEM e foi inicialmente introduzido em 1996, modificado e renomeado MEDA II em 2000, antes de ser finalmente abandonada em 2006, após um conjunto de reformas de apoio comunitário, bem como a criação do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP).

Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM)⁴⁴. Esta era inicialmente composta por 260 deputados. Atualmente é constituída por 280 representantes⁴⁵: 132 membros da UE (83 dos 28 parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE e 49 do Parlamento Europeu); 8 membros dos países parceiros europeus mediterrânicos (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Mónaco e Montenegro); 130 membros dos dez países das margens sul e leste do Mediterrâneo (Argélia, Autoridade Palestiniana, Egito, Jordânia, Israel, Líbano, Marrocos, Síria [cuja participação se encontra atualmente suspensa devido à guerra civil no país], Tunísia e Turquia); e 10 membros da Mauritânia que se reúnem para acompanhamento de acordos de associação euro-mediterrânicos e para adotar resoluções para a atenção da Conferência Ministerial.

No entanto, apesar de a Parceria se apresentar bem estruturada e com objetivos bem específicos, esta ficou aquém de produzir os ganhos a que a UE se determinara. Como referiu Asli Süel, muitas razões estiveram na origem do insucesso: "among which are the lack of political commitment from bothsides, the unequal representation of the EU member and non-member countries, the difficulty of the Arab countries to sustain political dialogue among themselves and with Israel are the most essential."⁴⁶

De Parceria Euro Mediterrânica a União para o Mediterrâneo

Em 2008, este acordo de cooperação foi relançado como *União para o Mediterrâneo* (UpM). Atualmente, esta conta com os 28 atuais Estados membros da UE, mais 15 do Mediterrâneo do Sul, países africanos e do Médio Oriente: Albânia, Argélia, Bósnia e Herzegovina, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Mauritânia, Mónaco, Montenegro, Marrocos, Palestina, Síria (suspensa), Tunísia e Turquia.

⁴⁴In: <http://www.empacult.parlamento.pt/Docs/APEMpt.pdf>.

⁴⁵ Foi decidido na sessão plenária em Bruxelas realizada em Março de 2009, aumentar o número total de membros da APEM de 260 para 280.

⁴⁶ Asli Süel, "From The Euro-Mediterranean Partnership To The Union For The Mediterranean" in *Perceptions*, p. 94, 2008.

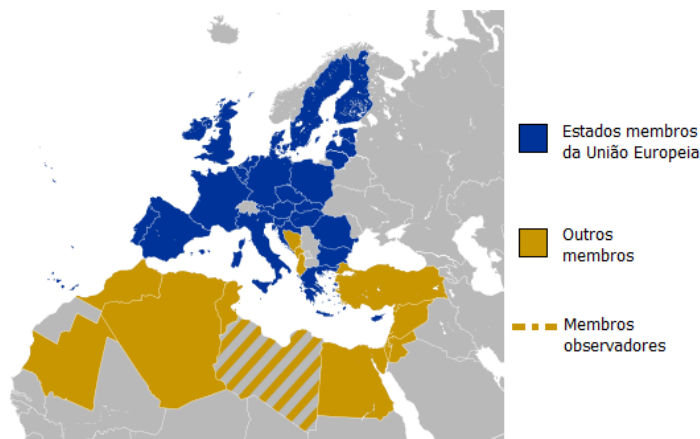


Figura 4 - Mapa de Incidência Geográfica da UpM

Este processo multilateral, apoiado numa rede de Acordos de Associação⁴⁷, procura reforçar as relações de parceria euro-mediterrânicas, lançadas em 1995 pelo Processo de Barcelona. O relançar desta parceria previu o reforço e complementaridade da cooperação já existente, nomeadamente através de um maior empenho político a nível regional. Neste sentido, foi assinada em Paris, no contexto da Cimeira Euro-Mediterrânica, uma declaração conjunta. Foi assim criada uma nova oportunidade para tornar as relações tanto mais concretas como mais visíveis com o início de novos projetos regionais e sub-regionais com especial relevância para as populações que habitam na região. Não obstante, as metas e as áreas de cooperação da Declaração de Barcelona, permanecem válidas. Desta, três capítulos continuam a fornecer a estrutura base das relações euro-mediterrânicas, sob o princípio de funcionamento de um consenso e com base na igualdade e no respeito mútuo pela soberania de cada um.⁴⁸

1.3. Política Europeia de Vizinhança

Ainda que não seja um fórum de cooperação não podia deixar de ser feita referência à Política Europeia de Vizinhança (PEV) na medida em que desempenha um papel importante no Mediterrâneo no que respeita à união entre a margem sul e a margem norte. A PEV formalmente lançada em 2003-2004 no contexto do alargamento da União Europeia a vinte cinco, foi concebida como um novo enquadramento para as

⁴⁷ Os Acordos de Associação são a designação genérica atribuída aos instrumentos contratuais utilizados pela UE com vista a estabelecer uma cooperação política e económica aprofundada com Estados terceiros (artigo 217.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia).

⁴⁸ Katia Adamo e Paolo Garonna, op. cit., p. 76.

relações entre a Comunidade Europeia alargada e os países vizinhos a leste (Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia) e a sul (Argélia, Autoridade Palestiniana, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Síria e Tunísia), tendo por base os compromissos recíprocos já existentes, mas permitindo um grau de integração económica e de relacionamento político mais profundo⁴⁹.

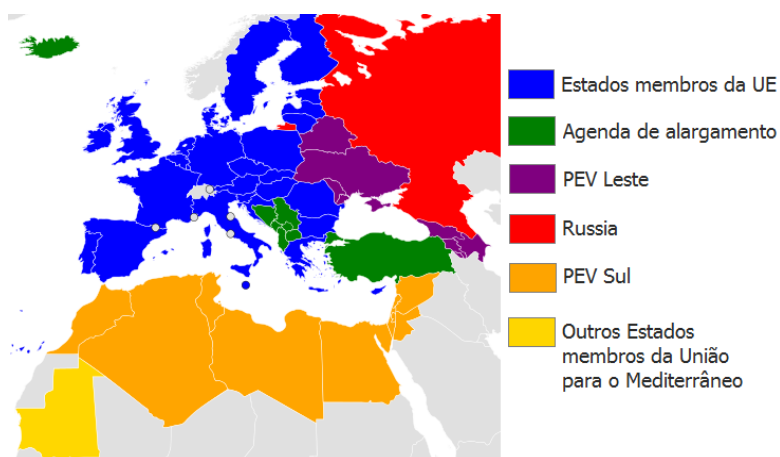


Figura 5 - Mapa de Incidência Geográfica da PEV

A UE, através da PEV, pretendia melhorar as relações com os seus novos países fronteiriços, quer por terra (a Leste), quer por mar (Mediterrâneo), promovendo junto destes a estabilidade e a prosperidade, no seio e para além da UE, através da partilha de valores comuns como a democracia, respeito pelos direitos do humanos e o Estado de direito, como determinado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Ora, para o caso, o que nos interessa é a relação de vizinhança com os parceiros da UE a sul, ou seja, do Mediterrâneo, a quem a UE denomina como Parceiros Meridionais.

Neste contexto, a PEV é levada a cabo através de planos de ação bilaterais que têm em conta as particularidades de cada país levando a cabo questões que são acordadas em conjunto pela Comissão Europeia e cada um dos parceiros.⁵⁰

Estes instrumentos bilaterais estabelecem programas de reformas políticas e económicas com prioridades a curto e médio prazo (de três a cinco anos) e refletem as necessidades, os interesses e as capacidades da UE e de cada parceiro, com o objetivo

⁴⁹In:<http://www.gpeari.min-financas.pt/relacoes-internacionais/assuntos-europeus/vertente-externa/politica-europeia-de-vizinhanca>.

⁵⁰No Anexo 3 é possível observar um resumo das relações com cada parceiro meridional no âmbito da PEV.

de desenvolver sociedades democráticas, socialmente equitativas e inclusivas, fomentar a integração económica, aumentar a circulação de pessoas nas fronteiras, bem como prestar assistência financeira e estabelecer cooperação técnica de apoio aos esforços envidados no sentido de uma harmonização com as normas da UE⁵¹.

2. O Diálogo do Mediterrâneo Ocidental (Diálogo 5+5)

A ideia da criação de um fórum que unisse 5 membros da União do Magrebe Árabe⁵² (composta pela Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) e 5 membros vizinhos do norte do Mediterrâneo (Espanha, França, Itália, Malta, Portugal) já tinha sido sugerida em 1983 pelo então Presidente francês François Mitterrand⁵³. Isto levou a que mais tarde, em 1990, fosse estabelecido o *Western Mediterranean Dialogue* - um diálogo político e de cooperação económica com o objetivo de estreitar laços, principalmente nas áreas de Migrações, Defesa e Transportes.



Figura 6 - Mapa de Incidência Geográfica da Iniciativa 5+5

O Diálogo 5+5 foi então criado a 10 de outubro de 1990 na primeira reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos nove países do Mediterrâneo Ocidental

⁵¹ In: http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.5.4.html.

⁵² A UMA que em árabe significa «comunidade» foi fundada em Marraquexe, em fevereiro de 1989, mas a sua institucionalização apenas teve lugar na sua quarta cimeira extraordinária, realizada em Casablanca (outubro de 1991) onde ficou acordado o estabelecimento de uma estrutura móvel que passasse por todos os seus membros.

⁵³ Katia Adamo e Paolo Garonna, *op.cit.*, p. 73.

juntamente com Malta⁵⁴, em Roma, com o objetivo de reforçar e enriquecer um diálogo político, económico e cultural entre as duas margens tendo como base a "Declaração comum dos nove países do Mediterrâneo ocidental, sobre a cooperação e o diálogo no Mediterrâneo ocidental entre os países da União do Magrebe Árabe e os países da Europa do Sul⁵⁵".

Os nove países e Malta decidiram promover o diálogo e cooperação, com o intuito de contribuir para a solução das questões políticas e de segurança de interesse comum. Estes decidiram também desenvolver a sua cooperação numa base mutuamente benéfica, equilibrada nas seguintes áreas prioritárias:

1) Economia: promoção do comércio (incluindo a cooperação em matéria de normas de inspeção de produtos e sistemas de certificação); relações industriais; parcerias de investimento; energia; transportes; agricultura e autossuficiência alimentar; turismo e artesanato; transferência de tecnologia.

2) Recursos humanos: imigração social e, especialmente, educação e formação; investigação científica; comunicações dos assuntos culturais e preservação do património; atividades desportivas.

3) Recursos naturais: meio ambiente (e, em particular, a luta contra a poluição, desertificação e catástrofes naturais); preparação para emergências; preservação e proteção dos recursos haliêuticos.

Para este fim, os ministros concordaram em explorar as oportunidades oferecidas pela cooperação regional, adotando os seguintes programas e projetos específicos:

1) A criação de uma base de dados do Banco do Mediterrâneo entre os países, para o intercâmbio e comunicação da informação em todas as áreas de interesse comum, em especial no campo industrial e comercial.

2) O reforço da cooperação nos domínios social e humano: estudo de questões de migração para promover a busca de soluções mutuamente aceitáveis, nomeadamente sobre as condições de vida, residência, movimento e trabalho.

3) O desenvolvimento da solidariedade regional através de uma gestão conjunta dos equilíbrios naturais na bacia ocidental.

⁵⁴ Malta apenas se juntou ao Diálogo 5+5 na segunda conferência em Argélia em 1991. Até essa data o grupo era inicialmente referido como "4+5".

⁵⁵ Disponível para consulta no Anexo 4.

No entanto, dois anos depois, esta cooperação sofreu um interregno de quase uma década devido a fatores de destabilização como a Guerra do Golfo, sanções internacionais impostas à Líbia e ainda tensões entre a Argélia e Marrocos. Apesar de terem ocorrido encontros desde 2003, foi em janeiro de 2011 que a Iniciativa 5+5 renasceu numa base de encontros regulares anuais a partir da Conferência Ministerial que teve lugar em Lisboa, no MNE⁵⁶.

De um modo geral, podem ser distinguidos três grandes períodos em matéria de cooperação no que diz respeito a questões de segurança:

1. Período de criação: este período abrange 1990 e 1991 e inclui duas Conferências dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Roma e Argel.

2. Período de relançamento: período compreendido entre 2001 e 2003 precedido pela estagnação provocada pelos fatores acima referidos. Esta fase incluiu quatro reuniões em Lisboa, Trípoli, Sainte Maxime e Château d'Esclimont.

3. Período de consolidação: período desde a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos países membros, realizada em 2003, na Tunísia, que reforçou as metas e os instrumentos do Diálogo 5+5 como um fórum regional para consulta e cooperação.

Foi precisamente naquela Cimeira que surgiu a Declaração de Túnis, aprovada pelos Chefes de Estados e pelo Presidente da Comissão da União Europeia. Este documento contempla as principais áreas de diálogo: a estabilidade e a segurança na região do Mediterrâneo; cooperação e integração no Magrebe; cooperação em matéria de imigração; diálogo entre culturas e civilizações e sobre questões que possam afetar a região.

Em dezembro de 2004, foi assinado um acordo de cooperação de segurança em Paris, sob a égide da iniciativa 5+5 contando com o apoio francês. Este acordo, que resultou de uma reunião de Ministros da Defesa, deu um novo impulso ao papel do Grupo 5+5 nas áreas de vigilância marítima, proteção civil e segurança de aviação. Os participantes concordaram em organizar reuniões anuais com o objetivo de avaliar o resultado das atividades realizadas durante o ano anterior e de adotar um plano de ação

⁵⁶ *5+5 Dialogue - Chronology of the main meetings (2003-2013)*, (documento emanado do Economic Forum of the Western Mediterranean).

para o ano seguinte. A Comissão de Coordenação, com dois representantes dos Ministérios da Defesa, foi criada para monitorizar a implementação dos planos de ação.

Entre 2005 e 2008, a Iniciativa 5+5 ampliou o seu âmbito a novas atividades multilaterais, como as questões ambientais, busca e salvamento marítimo e projetos educacionais. A melhoria das relações bilaterais também tem sido incentivada e, nesse sentido, as discussões sobre a cooperação militar entre a Argélia e a Líbia foram realizadas no âmbito da Iniciativa. Finalmente, o Grupo está a negociar um formato de "seis mais seis", baseado na adesão do Egito e da Grécia⁵⁷.

2.1. Vertentes sectoriais do Diálogo

São as vertentes sectoriais de cooperação que dão consistência ao Diálogo, "*sector-based cooperation is the key to economic cooperation and integration and a functional instrument for achieving regional prosperity, stability and security*"⁵⁸. O carácter informal e flexível do Diálogo são mais valias que geram a solidariedade e identidade mediterrânica. As principais áreas de cooperação sectorial são a Defesa⁵⁹, Administração interna/migrações, Transportes e Ambiente. No entanto, novas vertentes surgiram, nomeadamente no âmbito da segurança alimentar, energia, turismo, comércio, justiça, agricultura, cultura, investigação científica e, mais recentemente, formação diplomática⁶⁰. Mesmo quando as condições políticas não permitiram avanços globais no Diálogo 5+5, alguma cooperação a nível setorial foi sendo desenvolvida, efetivando-se de um modo informal e flexível, com graus de profundidade e estruturas diversas, tendo em atenção as prioridades dos diferentes membros.

Eis uma tabela com o resumo das principais vertentes, áreas de ação primordiais e representantes nas reuniões.

⁵⁷ Alfonso Rincón, Luis Emilio Ramos, Lucana Estévez, *Soft-security within the Euro-Mediterranean partnership*, The Political Economy of Governance in the Euro-Mediterranean Partnership 2006, disponível em:

http://www.go-euromed.org/documents/working_paper/Go-EuroMed_WP_0611_Spain_on_Security.pdf.

⁵⁸ Katia Adamo e Paolo Garonna, *op.cit.*, p. 84.

⁵⁹ Este tem vindo a ser um dos campos de ação com mais progressos, tendo até já sido criado pela Argélia, Malta e Portugal um sítio web sobre o assunto (www.5plus5defence.org) como instrumento essencial de comunicação e de partilha com o público sobre o desenvolvimento dos projetos e das atividades em curso.

⁶⁰ Vide Anexo 4.

SECTOR	Desde	Assuntos de cooperação	Estrutura/Representantes
Administração Interna	2002	Migração e mobilidade; proteção civil; controlo das fronteiras; autoridades locais; e segurança (combate ao terrorismo, crime organizado e tráfico de seres humanos; gestão conjunta dos fluxos migratórios)	Conferências dos Ministros do Interior dos Países do Mediterrâneo Ocidental (CIMO)*
Cooperação Parlamentar	2003	Análise de problemas regionais e ameaças comuns; procura de soluções e tendências de mudança; promoção de cooperação, estabilidade e desenvolvimento.	Conferências dos Presidentes dos Parlamentos a realizar-se anualmente**
Defesa	2004	Vigilância marítima; proteção civil; segurança aérea; educação e formação.	Reuniões anuais dos Ministros da Defesa e reuniões bianuais do Comité Diretor.
Transportes	2007	Aviação civil; imposto de segurança no transporte marítimo; observatório dos transportes; autoestrada Trans-Maghreb.	Reuniões bianuais do Grupo de Ministros dos Transportes do Mediterrâneo Ocidental (GTMO) e reuniões de peritos duas vezes por ano.
Ambiente e Energias Renováveis	2010	Proteção ambiental; desenvolvimento sustentável; energias renováveis; impacto das alterações climáticas.	Ministros do Ambiente
Investigação Científica	2013	Ensino Superior; investigação e inovação em domínios prioritários; formação conjunta de investigadores.	Ministros responsáveis pela Investigação Científica

*Conferência que não tem periodicidade definida mas tem sido realizada com alguma regularidade.

**Realizou-se apenas a primeira, em fevereiro de 2003, e duas em dezembro de 2004 e novembro de 2006.

Tabela 1 - Tabela resumo das principais vertentes setoriais do Diálogo 5+5

2.2. O Dialogo 5+5 comparativamente com outras iniciativas no Mediterrâneo

Apesar de várias tentativas para revitalizar o regionalismo no Mediterrâneo, permanece indefinida uma organização intergovernamental para esta região. Os Estados

em questão não estão apenas ligados pela geografia e antigas civilizações gloriosas, mas também por desafios transfronteiriços que exigem uma ação concertada.

O Diálogo no Mediterrâneo, lançado pela NATO em 1994, enfrentou algumas dificuldades na sua implementação, nomeadamente as decorrentes das condicionantes impostas pelo conflito israelo-árabe. A ausência de tais condicionantes na Iniciativa 5+5 faz desta uma nova oportunidade para consolidar a cooperação com o Magrebe, que tem vindo a envolver-se mais neste fórum. Também o facto de a cooperação se dividir por áreas facilita a comunicação.

Comparativamente ainda com o fórum União para o Mediterrâneo, "*Based explicitly on non-institutionalized, interest-based cooperation among the participating states, the 5+5 dialogue is well-placed to infuse the UfM with the political drive it has been lacking*"⁶¹.

Tem sido argumentado que a UE não será capaz de efetivar a liberalização do comércio que tanto promove dada a relutância de alguns dos seus Estados-Membros para a abertura de determinados setores. Acrescenta-se ainda que a livre circulação de pessoas não demonstrou qualquer progresso significativo para além de que a UE anunciou duras medidas para combater a imigração ilegal na sequência de uma tendência que alguns têm denunciado como cada vez mais conservadora. No entanto, a abordagem bilateral e diferenciada da PEV pode ser benéfica tanto para a UE como para os parceiros mediterrânicos na medida em que a PEV reativou o Processo de Barcelona, reforçando os seus objetivos a longo prazo e fornecendo novos mecanismos incluindo a assistência técnica e financeira.

O Diálogo 5+5 destaca-se como a única estrutura funcional no que toca às relações entre os países europeus e do Magrebe. Devido ao seu carácter prático e operacional, conferido pelos múltiplos contactos frutíferos entre os membros, é visto como um fórum privilegiado para o intercâmbio de ideias e instauração de novas iniciativas tirando vantagem da localização geográfica limitada ao Mediterrâneo Ocidental. Apesar da dimensão informal desta parceria, esta tem sido mais ativa do que outras iniciativas semelhantes e tem originado resultados mais produtivos. Para isso tem sido fundamental a relativa pequena dimensão geográfica do grupo, juntamente com o

⁶¹ Kristina Kausch, "Can the crisis unlock Euro-Mediterranean relations?", in *FRIDE*, Nº 139 - November 2012, p.3.

alto nível político dos participantes. Refira-se ainda que a iniciativa encorajou a inserção da Líbia e da Mauritânia no contexto regional⁶².

Embora se possa argumentar que a natureza informal do Grupo estabelece limites para o seu alcance, também é verdade que o Fórum tem proporcionado um espaço de discussão onde todo o Magrebe, a Europa Ocidental, e a UE, como convidada permanente, podem envolver-se numa cooperação frutífera. O que contrasta bastante com os resultados de outras iniciativas que possuem maior quantidade de recursos. O pequeno número de países, o forte carácter regional, e a sua gradual abordagem para a cobertura de novas questões, são fatores que moldaram o relativo sucesso do grupo 5+5. Verifica-se ainda a maturidade do Diálogo 5 + 5 com a ampliação progressiva das tarefas de trabalho sectoriais.

Explicadas as quatro iniciativas de cooperação sobre o Mediterrâneo, procedeu-se à elaboração de um quadro-resumo sobre estas parcerias. A verdade é que a informação disponível nem sempre é clara quanto a estas iniciativas e o facto de muitos países pertencerem a mais do que uma iniciativa com objetivos semelhantes pode dar azo a alguma confusão.

Quadro resumo de parcerias sobre o Mediterrâneo			
Parceria	Desde	Objetivos	Composição
Diálogo 5+5/ Diálogo do Mediterrâneo Ocidental	1990	Diálogo informal em assuntos de natureza social, económica e cultural.	Espanha, França, Itália, Portugal, Malta + (UMA) Argélia, Líbia, Marrocos, Tunísia e Mauritânia
Diálogo do Mediterrâneo da NATO	1994	Diálogo sobre assuntos de segurança.	NATO + Egipto, Israel, Jordânia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia
Parceria Euro-mediterrânica/ União para o Mediterrâneo	1995	Estabilidade e prosperidade através da integração económica. Diálogo político e cultural. Segurança separada da dimensão militar.	UE + Argélia, Autoridade Palestiniana, Chipre, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia e Turquia

⁶² 5+5 Dialogue - Chronology of the main meetings (2003-2013), (documento emanado do Economic Forum of the Western Mediterranean),

Política Europeia de Vizinhança a Sul	2003-2004	Desenvolver uma zona de prosperidade e de boa vizinhança através da partilha de valores e objetivos fundamentais da UE.	UE + Argélia, Autoridade Palestiniana, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Síria e Tunísia
--	-----------	---	---

Tabela 2 - Quadro resumo de parcerias sobre o Mediterrâneo

3. Presidência Portuguesa do Diálogo 5+5 (2013-2015)

A presidência do grupo é partilhada por dois Estados em simultâneo, um da margem norte e outro da margem sul, tendo o mandato a duração de dois anos.

Portugal viu formalmente aprovada a copresidência norte do Diálogo 5+5 na Reunião de Ministros da Defesa em Rabat, em dezembro de 2012, e assumiu-a finalmente - em substituição da Itália - na Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros em Nouakchott, a 16 de abril de 2013, altura em que foi previsto assegurá-la por dois anos⁶³. Na verdade, o fim de uma presidência depende do momento em que outro país da mesma margem se prontifique a assumir esse compromisso, uma vez que, como grupo informal de cooperação, não existe uma regra de rotação de presidências. Até 22 de maio de 2014 Portugal partilhou a presidência com a Mauritânia, data em que Marrocos passou a deter a presidência Sul do Diálogo.

A copresidência do Diálogo 5+5 cria uma mais-valia política para Portugal uma vez que permite demonstrar o empenho do país nas relações com os países do Magrebe, reforçar a capacidade de interação com os parceiros magrebinos assim como com outros parceiros europeus, e ainda explorar o potencial de complementaridade entre este processo multilateral e os interesses bilaterais portugueses com cada um dos países membros do Magreb. Deter a copresidência deste fórum possibilita potenciar a visibilidade do país não só junto dos parceiros magrebinos mas também europeus e ainda reforçar a posição nacional junto de outros parceiros como os EUA, que recentemente demonstraram interesse na nossa participação no 5+5⁶⁴.

A localização privilegiada de Portugal, virada para o Atlântico mas de cultura mediterrânica, o facto de ser um país europeu mas com raízes magrebinas, na confluência do Norte e do Sul, antigo colonizador de diversos países na África

⁶³ Cf. Sumário da Reunião do Comité de *Suivi* do Diálogo 5+5 ocorrida em Lisboa a 2 de dezembro de 2013.

⁶⁴ *Idem.*

Subsaariana, concede-lhe mais-valias únicas na relação com os países do Norte de África e no estabelecimento de equilíbrios nas políticas de cooperação do eixo Europa/EUA/Magrebe. Membro de praticamente todos os fóruns do Mediterrâneo Ocidental, como foi já aqui explanado, Portugal tem potencialidades para continuar a ser um interlocutor preferencial na discussão de assuntos estratégicos de interesse comum.

Cabe à presidência portuguesa vários compromissos. Os principais são:

- acolher a reunião dos dez Ministros de Negócios Estrangeiros, assim como os representantes das entidades observadoras (UpM, UE, UMA), reunião que acontece anualmente alternadamente nos países da copresidência norte e sul⁶⁵.
- organizar o Fórum Empresarial 5+5/UpM, no seguimento do fórum de Barcelona.

3.1. I Reunião de Diretores de Formação Diplomática

Foi na 9ª Reunião Ministerial de Roma (fevereiro de 2012) e na Cimeira de Malta 2012 (outubro de 2012) que foi afirmada a intenção de aprofundar a cooperação, alargando o seu leque de áreas de intervenção, o que aconteceu mais tarde, na reunião do Comité de *Suivi*⁶⁶, que teve lugar em Lisboa, em dezembro de 2013. Nessa altura, Portugal apresentou uma proposta de cooperação na área da formação diplomática a implementar durante a copresidência portuguesa do Diálogo e que ficaria a cargo do IDI. A ideia avançada foi a de realizar uma primeira reunião exploratória entre os responsáveis pela formação diplomática de cada Estado membro, de forma a identificar as áreas e os moldes em que uma futura cooperação poderia vir a ser desenvolvida. A ideia foi apoiada por todas as partes e, mais tarde, o serviço pertinente da Direção Geral de Política Externa, a Direção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe, ficou responsável por concretizá-la conjuntamente com o IDI. A Reunião tomou o nome de Reunião de Diretores de Formação Diplomática e considerou-se oportuno realizá-la em março de 2014.

⁶⁵Tendo sido realizada, em 2013, em Nouakchott, realizou-se depois, em Lisboa, em 2014. No próximo ano, assumirá o compromisso a copresidência sul (Marrocos) e assim sucessivamente.

⁶⁶Grupo de altos funcionários dos MNEs de cada Estado membro encarregue de preparar e dar seguimento às decisões dos Ministros e Chefes de Estado e Governo.

Quanto ao formato da reunião, inicialmente teria a duração de um dia. Posteriormente foi estabelecido que a ordem de trabalhos decorreria numa manhã, nomeadamente a 24 de Março de 2014, sucedendo-se depois um almoço informal com os representantes dos países na reunião.

Entidades representadas na Reunião

Tal como foi mencionado no ponto 2.2 *Entidades de formação diplomática nos outros países* no Capítulo II deste trabalho, serão apresentados os tipos de instituições de formação diplomática presentes em cada país membro da Iniciativa 5+5.

Já foi visto que o IDI se insere no primeiro grupo, ou seja, nas Academias Diplomáticas, fazendo parte dos MNEs. No fundo é este primeiro grupo que contém a maioria das entidades representadas na Reunião. É também o caso na Tunísia, com o *Institut diplomatique pour la Formation et les Etudes* pois, tal como o IDI, encontra-se sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros Tunisino⁶⁷. O mesmo se aplica a Itália com *Istituto Diplomatico of the Italian Ministry of Foreign Affairs*, a Argélia com *Diplomatic Institute of Foreign Relations of Algerian Ministry of Foreign Affairs*, a Marrocos com a *Moroccan Academy of Diplomatic Studies* e à Líbia com o seu *Libyan Institute of Diplomatic Studies of the Ministry of Foreign Affairs and International Cooperation*.

No segundo grupo de entidades formadoras, recordemos que temos as Escolas de Formação de Diplomatas que consistem em departamentos de Universidades públicas ou privadas com a capacidade de formar estudantes a nível de licenciatura na área da diplomacia, podendo existir alguma articulação com os ministérios. É o caso da *Mediterranean Academy of Diplomatic Studies* em Malta, criada em 1991. Temos ainda o caso de Espanha, com a *Escuela Diplomática*, criada em 1942, que tem a seu cargo a formação de candidatos e o aperfeiçoamento dos funcionários diplomáticos. O MNE espanhol considera como sendo fundamentais o estudo, a reflexão académica e a discussão crítica. A frequência do curso básico que a *Escuela Diplomática* disponibiliza é uma condição no acesso à carreira diplomática.

Por fim, a Mauritânia é o único membro da Iniciativa que não dispõe de qualquer tipo de entidade formadora no campo da diplomacia, sendo os representantes

⁶⁷ In: <http://www.diplomatie.gov.tn/index.php?id=173>.

na reunião a Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros Mauritano e o Embaixador Diretor de Assuntos Europeus no MNE.

Objetivos

O objetivo da Reunião contava com uma aproximação dos Ministérios dos Estados membros e com a criação de uma dinâmica vantajosa para as partes envolvidas (particularmente através da criação de um fórum de discussão sobre temas de interesse comum), na formação de diplomatas que privilegie a cooperação neste domínio e nas trocas de informação e de documentação entre os Estados-membros.

Foram ainda propósitos da reunião:

1. Proporcionar uma troca de impressões que permita uma compreensão dos desafios e problemas comuns à formação e carreira diplomática dos Estados-membros;
2. Estabelecer uma rede de comunicação no âmbito da formação entre os participantes;
3. Elaborar um enquadramento de atividades de formação comuns.

Discussão

O encontro dos diretores iniciou-se pelas 9 horas da manhã com uma breve visita à biblioteca histórica e arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A reunião em si, depois de todos os procedimentos formais, foi iniciada pela Dra. Manuela Franco com um breve resumo dos seus propósitos e um enquadramento dos desafios da diplomacia contemporânea.

Posteriormente, o encontro contou com uma apresentação sobre “Diplomatic Training for Economic Diplomacy” feita pela Dra. Graça Gonçalves Pereira, Chefe do Centro de Formação. Como ideias chave foi transmitido que o mundo contemporâneo, a diplomacia económica é uma das mais eficazes vias de realização dos interesses nacionais implicando esforços diplomáticos concentrados no interesse económico do país a nível internacional. Esta apresentação consistiu num relato da experiência portuguesa sobre formação em diplomacia económica e comercial, e os desafios que

advém da inclusão deste novo assunto na formação diplomática. A apresentação foi uma forma de mostrar o empenho português na diplomacia comercial e os progressos na mesma. As principais questões abordadas sobre este tema foram:

- A necessidade de reconhecer os desafios trazidos pelo processo de globalização para a defesa dos interesses nacionais, ou seja, crescimento económico e desenvolvimento;
- A importância, para os serviços diplomáticos, em se configurarem, de forma adequada, como facilitadores do investimento e internacionalização dos agentes económicos nacionais;
- A importância de alcançar um equilíbrio entre os novos pedidos e as funções mais clássicas da diplomacia. Ficou claro que os diferentes membros do diálogo 5 + 5 têm diferentes problemas neste contexto.

Vários membros do grupo mencionaram ainda que nos seus países houve uma enorme resposta à criação de vagas no serviço diplomático, ressaltando que os critérios para o recrutamento foi um tema merecedor de discussão, de forma a garantir que os melhores candidatos sejam notados entre centenas de candidatos à admissão.

Outros desafios colocados à diplomacia contemporânea foram abordados pelos participantes, a saber:

- O estado não-obrigatório de formação diplomática na maioria dos serviços diplomáticos dos Estados-Membros visto como um impedimento para a formação nas últimas fases da carreira de um diplomata;
- A necessidade de colmatar a lacuna entre teoria e prática através do desenvolvimento de formação sobre "como fazer";
- A necessidade de complementar (e não substituir) a formação diplomática clássica com novos temas e técnicas;
- A dependência da política externa contemporânea do apoio popular e a necessidade de trazer claramente as questões à opinião pública.

Posteriormente seguiu-se a discussão sobre os métodos de trabalho a aplicar no grupo.

Foram ainda identificadas várias barreiras à formação, como a falta de recursos humanos e financeiros, uma estrutura de comunicação limitada e a atitude em relação à formação.

Conclusões da Reunião

Após a discussão foi então decidido o estabelecimento de uma reunião periódica anual num dos países detentores da Presidência. Esta periodicidade mantém ativo o fórum dos Diretores sem onerar os MNE ou criar uma necessidade constante de acordo para datas e locais para a reunião. Pretende-se com o contacto anual um relacionamento mais direto, onde são debatidos métodos e meios para a formação diplomática, e que as iniciativas desenvolvidas noutras plataformas tenham seguimento e possam ser monitorizadas.

Em relação ao objetivo de estabelecer uma rede de comunicação no âmbito da formação entre os participantes foi assegurado o levantamento de contactos de todos os Diretores, o que permitirá uma lista de distribuição de informação para possibilitar uma discussão entre os membros, a divulgação informação, de iniciativas e oportunidades de formação e sobretudo de oportunidades de colaboração.

Foi consensual a opinião sobre os benefícios de manter o *status* informal do grupo, permitindo uma troca mais frutífera e prática do conhecimento técnico entre os Diretores de Formação Diplomática. Percebeu-se que a principal prioridade da cooperação foi o reforço da capacitação em áreas e /ou serviços a ser identificados, com uma forte ênfase na aquisição, formação e competências diplomáticas, especialmente em domínios como falar em público, negociação internacional (através de simulações), IT e do diálogo intercultural.

Os meios acordados para atingir esses objetivos foram:

- O estabelecimento de contactos informais entre diretores da rede e a identificação de um ponto focal em cada serviço, de modo que um acompanhamento é assegurado nesta fase inicial;
- Eventual criação de uma plataforma digital para a promoção de ações de formação;

- A criação de intercâmbios de formadores e formandos entre as academias representadas em períodos de curta duração.

Voltando a enquadrar o trabalho no âmbito do conceito de diplomacia pública que tem vindo a ser exposto neste trabalho, é importante mencionar a afirmação de Leonard, "In fact public diplomacy is about building relationships: understanding the needs of other countries, cultures and peoples; communicating our points of view; correcting misperceptions; looking for areas where we can find common cause⁶⁸". E no fundo, foi exatamente o que foi feito na Reunião dos Diretores de Formação Diplomática no âmbito da Iniciativa 5+5: a construção de uma aproximação dos Ministérios dos Estados intervenientes, a criação de uma dinâmica vantajosa para as partes envolvidas onde foi possível trocar pontos de vista através da criação da I Reunião onde que foi discutido o tema de interesse comum: a Formação Diplomática.

⁶⁸ Marc Leonard, Public Diplomacy, p.8

CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO

1. Introdução

O estágio teve a duração de 6 meses e decorreu de 1 de outubro de 2013 a 31 de março de 2014. O horário acordado foi das 10h às 18h, em regime de 35 horas semanais o que fez uma carga horária total de aproximadamente 800 horas no decorrer dos 6 meses.

Tal como eu, outros estudantes tiveram a oportunidade de realizar um estágio curricular no Ministério dos Negócios Estrangeiros através do Programa de Estágios Curriculares do MNE gerido pelo IDI. No âmbito deste programa, fui selecionada para estagiar no Instituto Diplomático. Essa escolha, fiquei a saber mais tarde, deveu-se ao facto de a minha formação na licenciatura ser na área da Administração Público-Privada, pelo que se considerou que seria uma boa candidata para realizar funções de índole administrativa no IDI.

Dada a minha formação na área referida e a experiência adquirida num estágio anterior, à partida não senti muitas dificuldades no que respeita às funções administrativas. No início do estágio as minhas competências passaram pela gestão do Programa de Estágios Curriculares no MNE (PECMNE) que consistia num número considerável de tarefas, nomeadamente na elaboração de tabela de vagas de estágio disponíveis nos serviços internos e externos; no Contacto com as Instituições Universitárias; na Articulação com os serviços das candidaturas a estágios; no apoio no preenchimento de protocolos de estágios curriculares; na compilação de toda a informação relativa aos estágios curriculares; na marcação de entrevistas; no aperfeiçoamento do protocolo de estágio curricular no MNE, assim como outros documentos inerentes ao Programa.

2. Atividades Desenvolvidas

O Pelouro onde fui inserida tinha funções essencialmente relacionadas com atividades de diplomacia pública e organização de estágios curriculares no MNE tais como:

- Promoção e acompanhamento de Estágios curriculares no IDI;

- Formação para Estrangeiros: conceção, elaboração de propostas, organização, acompanhamento, elaboração de relatório e avaliação de cursos para diplomatas ou funcionários estrangeiros;
- Coordenação do Programa de Estágios, internos e externos do MNE, em articulação com instituições académicas nacionais e estrangeiras;
- Formação contínua de diplomatas;
- Articulação do programa diplomático europeu com o serviço europeu de ação externa: formação contínua de diplomatas;
- Divulgação das oportunidades de formação no SEAE e congéneres do IDI na U.E;
- Anuário Português de Direito Internacional - Publicação anual - recolha e composição dos materiais;
- Edição da obra *Revista Negócios Estrangeiros* em articulação com os autores até ao seu lançamento: angariação de artigos, recolha e composição dos materiais e sua publicação em articulação com os autores;
- Edição de livros de coleções do IDI-MNE: receção de proposta, organização, acompanhamento e execução da obra;
- Apoio à edição de publicações sobre temas de interesse para as relações internacionais.

3. Descrição das atividades

Dessas funções, fiquei responsável por tarefas administrativas, pela organização do PECMNE, pelo apoio logístico na organização de algumas atividades e eventos, nomeadamente na reunião dos diretores de formação diplomática.

O estágio começou por ser centrado na função de apoio e organização de estágios curriculares no MNE, passando depois a englobar um conjunto de funções diversas que descreverei por áreas de ação (Administração, Apoio Logístico, Organização do PECMNE e Formação Diplomática).

No âmbito do apoio administrativo, depois de conhecer a dinâmica e os diferentes tipos de documentos de comunicação utilizados pelo MNE, realizei apoio na

redação de comunicações internas e externas (telegramas), notas, apontamentos, relatórios e informações de serviço. No âmbito do SIADAP, prestei algum apoio no Plano de Atividades do IDI para 2014 assim como nos mecanismos de Avaliação de Desempenho. Realizei ainda tarefas de arquivo da documentação que era conveniente guardar.

Relativamente ao Programa de Estágios Curriculares no MNE, era da responsabilidade e atribuições do IDI *"superintender o programa de Estágios Curriculares a realizar no MNE, estabelecendo um balcão único que receba os pedidos dos mestrandos; que os entreviste e recolha o perfil curricular; que coordene essa oferta com a disponibilidade e interesse e necessidades dos vários serviços do MNE que se propõem acolher o estagiário; e que acompanhe o desempenho das funções académicas dos orientadores dos estágios de acordo com o calendário e procedimentos no Decreto-Lei 74/2006.*⁶⁹”

Sendo então responsável pela organização do PECMNE, as minhas tarefas passavam numa fase inicial por:

- Envio do telegrama aos postos externos e da circular aos serviços internos para aferir o número de vagas que estes dispõem a aferir o número de vagas que estes dispõem. O telegrama e a circular divulga o PECMNE e solicita aos serviços interessados em dispor de estagiários na modalidade de estágios curriculares que preencham uma ficha informativa com o número de vagas que disponibilizam, as áreas de formação e perfil funcional do(s) estagiário(s) pretendido(s);

Com a informação dada pelos postos e serviços, procedia as ações de:

- Elaboração de tabela de vagas de estágio disponíveis nos serviços internos e externos usando as informações dadas anteriormente pelos serviços;
- Contacto com as Instituições Universitárias no sentido de divulgar os estágios no MNE.

Posteriormente às candidaturas resultava a:

- Articulação do reencaminhamento dos candidatos elegíveis a estágio para os serviços;

⁶⁹ Decreto Regulamentar N°10/2012 de 19 de Janeiro, no seu artigo 14° ponto 1 alínea b), e no Despacho N°14598/2012-GSG de 05-11-2012.

- Marcação de entrevistas dos serviços (em alguns casos os serviços delegam a entrevista ao IDI);

Depois de selecionados os candidatos a estágio realizava:

- Apoio no preenchimento do protocolo de estágio curricular tripartido assinado pelo aluno, pela instituição académica e Secretária-Geral do MNE;
- Compilação de toda a informação relativa aos estágios curriculares;

Assim, tendo como uma das minhas principais funções a tarefa de planeamento e gestão do PECMNE, procedi à criação de um procedimento administrativo a seguir no que respeitava a todas as atividades inerentes, desde a divulgação das vagas de estágio ao último passo, o protocolo de estágio curricular entre a instituição académica, o aluno e a SGMNE. O procedimento foi criado com o objetivo de facilitar o processo e de permitir uma fácil compreensão do mesmo a qualquer pessoa que venha posteriormente trabalhar com o assunto. Já existia um documento esboço como base de procedimentos mas não era considerado clarificador e de fácil compreensão.

Com vista a regulamentar estes estágios, ajudei ainda na versão final do Regulamento dos Estágios Curriculares que foi objeto de muito trabalho e revisões.⁷⁰

Implementou-se ainda uma novidade que foi a emissão de certificados de realização de estágios o que até à data não era realizado.

Elaborei também um relatório de dados estatísticos dos candidatos a estágio no MNE no 1.º semestre de 2013/2014.

Com vista à divulgação do PECMNE preparei ainda uma compilação de documentos sobre o programa para apresentar na Feira de Oportunidades Profissionais na FCSH. Deste modo, a documentação foi organizada para apresentação naquela feira mas estará já pronta para outras atividades do género.

Após o resultado positivo, com a criação do procedimento do PECMNE, com base numa informação de serviço, criei também o Procedimento para divulgação, seleção e designação de funcionários do MNE nas formações do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE). Este processo tem como objetivo a divulgação, seleção e designação de funcionários do MNE nas atividades de formação do SEAE, com o

⁷⁰ Este regulamento pode ser encontrado na página do IDI em: http://idi.mne.pt/images/estagios/regul_estag.pdf.

intuito de centralizar no Instituto estes processos e permitir que a DGPE e a DGAE selecionem os candidatos mais adequados à formação.

Em termos de apoio logístico, no que toca a área do planeamento e organização de visitas ao MNE, prestei acompanhamento da visita do ISB da Universidade de Leiden, a 8 de outubro de 2013 e, mais tarde, a 17 de Dezembro, fiz o acompanhamento da visita de alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Relativamente à organização, procedimentos e apoio à realização de atividades desenvolvidas pelo IDI, prestei apoio na organização da realização dos exames de recrutamento do *UN/YPP -Young Professionals Programme* - que faculta o ingresso numa carreira na ONU - que aconteceu a 3 de dezembro de 2013. A organização do exame envolveu uma reunião preparatória com o representante da Universidade de Lisboa e a representante das Nações Unidas, Júlia Alinho, para visita às instalações e revisão dos procedimentos para a realização do exame das NU assim como apoio no próprio dia.

Prestei também apoio no Seminário Diplomático “Projetar Portugal”, realizado nos dias 6 e 7 de janeiro de 2014 na Assembleia da República. Importa ressaltar a importância deste último evento referido: este realiza-se anualmente e conta com participantes como membros do Governo, quadros da Administração Pública, das empresas, das universidades e demais setores estratégicos, bem como os Chefes de Missão, e são debatidos temas de interesse central para a política externa portuguesa, com relevo para a diplomacia económica e as políticas consular, da língua portuguesa e da cooperação⁷¹.

Ainda no âmbito do Seminário Diplomático, fui delegada a redigir a transcrição da intervenção do Presidente da AICEP, o Dr. Pedro Reis.⁷²

No âmbito da 14ª Edição do Programa Diplomático Europeu (PDE)⁷³ sob o tema “*Emerging challenges and global issues in current diplomacy*”, nomeadamente no

⁷¹ Cf. em: <http://idi.mne.pt/pt/seminario-diplomatico.html>.

⁷² Esta pode ser encontrada em: http://idi.mne.pt/images/docs/semin_diplo_2014/discursos/039.pdf.

⁷³ O Programa Diplomático Europeu é, em linhas gerais, um programa de treino direcionado para a formação prática de jovens diplomatas e outros funcionários dos serviços europeus, que promove a ideia da criação de uma diplomacia europeia comum. Este é um projeto desenvolvido conjuntamente entre os Estados-membro e as Instituições da União Europeia, fazendo parte da Política Externa e de Segurança Comum – PESC.

Módulo III⁷⁴ procedi ao acompanhamento do diplomata checo, nas atividades programadas, nos dias 10 e 11 de março de 2014. No PDE, a organização das sessões e das atividades socioculturais ficam a cargo de quem acolhe a visita, neste caso do IDI.

No campo da formação Diplomática, procedi à adequação da proposta de curso "Diplomacy Course Lybian Diplomats" na alteração de horários e sessões.

Por último, já na reta final do meu estágio e como objeto de estudo para o presente relatório dei apoio na organização da Reunião dos Diretores de Formação no âmbito da Iniciativa 5+5.

A verdade é que as funções não se limitavam apenas às previstas e planificadas. Diariamente surgiam tarefas imprevistas que tinham de ser executadas com algum carácter de urgência. Este foi um estágio muito diversificado, em que foram desenvolvidas tarefas que algumas vezes parecia que em nada se relacionavam mas que em tudo tinham a ver com o bom funcionamento do IDI.

4. Competências Adquiridas

Trabalho em equipa: relativamente à interação com as outras pessoas, a integração num grupo de trabalho, o trabalho em equipa e o relacionamento interpessoal foram reforçados neste estágio. Tive a sorte de lidar com pessoas que trabalhavam na mesma linha de pensamento que eu, o que tornava tudo mais fácil.

A minha experiência no IDI facultou um enriquecimento teórico, tanto na preparação de trabalhos que se levaram a efeito, como na colaboração que ia prestando no quotidiano desta entidade. Desenvolvi as competências que já detinha de índole administrativa e, em algumas situações, coloquei em prática os meus conhecimentos de língua inglesa e francesa. Também penso que adquiri a capacidade de lidar com questões mais complexas.

⁷⁴ O Módulo III (Intercâmbio de Diplomatas) é a etapa na qual os participantes visitam outros Estados-membro participantes no PDE. Este módulo tem finalidades muito particulares, que devem ser concretizadas pelos participantes. Entre elas, devem tomar conhecimento da conjuntura do Estado-membro que visitam, bem como devem encontrar-se e trocar impressões com os seus homólogos. É essencial que as sessões envolvam temas relacionados com a UE mas, neste módulo, é de maior importância que os participantes se envolvam de maneira a adotarem uma perspetiva nacional do Estado-membro que visitam.

5. Avaliação da experiência de estágio no IDI

Familiarizada com as atividades a desenvolver, foi bastante gratificante desempenhar as funções que me foram atribuídas uma vez que me fizeram sentir extremamente útil ao Instituto.

No que respeita à minha integração como estagiária, a verdade é que um estagiário costuma ser considerado, de certa forma, como um “membro estranho” quando chega a um local de estágio e existindo sempre algumas pessoas mais recetivas do que outras no sentido de colaborar. No entanto, aqui encontrei sempre pessoas abertas e disponíveis para colaborarem comigo nas atividades que ia desenvolvendo, tanto da parte do IDI como da maioria dos outros serviços do MNE.

Em suma, o balanço da realização deste estágio é bastante positivo, pois foi mais um contacto que tive com o mundo profissional de forma ativa, onde pude analisar, julgar, dar pareceres e intervir em situações reais. O contacto com estas situações reais e às quais têm de ser dadas respostas céleres, bem como trabalhar com profissionais qualificados e com vastos conhecimentos, permitiu-me adquirir parte desses conhecimentos e hábitos de trabalho. Este estágio resultou ainda numa forte motivação e reforço da competência profissional visando um futuro ingresso no mundo do trabalho.

CONCLUSÃO

Atendendo a um dos propósitos deste relatório, após a definição dos conceitos-chaves pode ser concluído que a formação diplomática ministrada a estrangeiros é mais uma forma de Portugal, através do IDI, executar diplomacia pública. Esta encontra-se ainda numa fase embrionária em Portugal e a I Reunião apresenta-se como um dos esforços por parte do MNE em implementá-la no contexto da política externa no estrangeiro na procura e na identificação de "nichos de mercado". A formação diplomática ministrada a determinado público-alvo, nomeadamente membros do Diálogo 5+5, pode ser um deles.

Deve-se ainda referir que capacitação dos quadros diplomáticos e técnicos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros afigura-se cada vez mais como uma oportunidade de diplomacia pública, com vantagens evidentes para formadores e formandos, assegurando uma maior estabilidade e previsibilidade das relações entre as diplomacias de ambas as margens da Iniciativa 5+5.

Relativamente ao estado de cooperação entre a Europa e o sul do Mediterrâneo, a conclusão mais óbvia a ser tirada é o grande número de mecanismos em ação que procuram fomentar a cooperação entre as duas margens. Face à proximidade geográfica entre os membros da Iniciativa 5+5, não se afigura difícil promover um funcionamento em rede, facilitar uma colaboração mais constante e, eventualmente, alcançar uma estabilização. O mesmo não se pode afirmar de outras iniciativas no Mediterrâneo que devido à diversidade dos Estados membros, ainda que sendo um dos princípios adotados, e mesmo ao distanciamento físico, não são vistas alcançadas todas as metas propostas. O pequeno número de países, o forte carácter regional, e a sua gradual abordagem para a cobertura de novas questões, são fatores que moldaram o relativo sucesso do grupo 5+5. Apesar do registo informal desta parceria, esta tem sido mais ativa do que outras iniciativas semelhantes e tem originado resultados mais produtivos. Para isso tem sido fundamental a relativa pequena dimensão geográfica do grupo, juntamente com o alto nível político dos participantes pois mesmo quando as condições políticas não permitiram avanços globais no Diálogo 5+5, foi sendo desenvolvida alguma cooperação a nível setorial, efetivando-se de um modo informal e flexível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- "The Euro-Mediterranean Partnership: Assessing the First Decade" 2005
- ADAMO, Katia e GARONNA, Paolo, "Euro-Mediterranean Integration and Cooperation: Prospects and Challenges", 2008, pp. 73-84, em http://www.unece.org/fileadmin/DAM/oes/nutshell/2009/9_EuroMediterranean.pdf (consultado a 10/09/2014).
- ALMEIDA, Maria Regina Flor, "A Diplomacia Pública" in Revista Negócios Estrangeiros, n.º 6., dezembro 2003, pp.61-72.
- ATTINÀ, Fulvio, "The Barcelona Process, the role of the European Union and the lesson of the Western Mediterranean" in The Journal of North African Studies, 2006, pp-140-152.
- BRITO, Wladimir, *Direito Diplomático*, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE - Série A, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, pp.42-43.
- CULL, Nicholas J., *Public Diplomacy: Lessons from the Past*, Los Angeles, Figueroa Press, 2009, pp.13-27.
- ESTEVES, Pedro A. R., "A União do Magrebe Árabe no contexto Euro-Mediterrânico", in Nação e Defesa, N.º82, 1997, pp.59-79.
- GILBOA, Eytan, "Searching for a Theory of Public Diplomacy", *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* 2008, p.4.
- GUEDES, Armando Marques e MENDES, Nuno Canas, "Os Institutos Diplomáticos e a Formação de Diplomatas" in Revista Negócios Estrangeiros, n.º 9.1., março 2006, pp.62-133. Disponível em: <http://www.mofa.gov.pt/NR/rdonlyres/6AEF1A50-8C6B-4A14-931B-E4A4A98B3512/0/revista91.pdf#page=64>.
- HORN, Matthew Mark, "NATO, The Mediterranean Dialogue, and the Middle East: It Is Time For Nato To Get Serious", Vol.10, N.º 4, pp.97-106.
- KAUSCH, Kristina, "Can the crisis unlock Euro-Mediterranean relations?" in FRIDE, nº 139, November 2012.
- LEONARD, Mark, *Public Diplomacy*, London, The Foreign Policy Centre, 2002.
- LEURDIJK, Dick A., "NATO's Mediterranean Dialogue. The Emergence of a Front Line in the War on Terrorism", adapted text of a presentation given at a symposium entitled 'Examination of the Regions of Crisis from the Perspectives of Turkey, NATO and the European Union, and their Impacts on the Security of Turkey', organized by the Turkish General Staff in Istanbul on May 27-28 2004.
- MARTÍN, Iván, BYRNE, Iain e SCHADE-POULSEN, Marc, "Economic And Social Rights In The Euro-Mediterranean Partnership: The Missing Link?" in Mediterranean Politics, Vol.9, N.º3, Autumn 2004, pp.307-318.
- MASA'DEH, Ahmad, "NATO'S Mediterranean Dialogue", in SOLER i LECHA, Eduard, e HILALI, Fadela, *VII Seminario Internacional sobre Seguridad y Defensa en el Mediterráneo. Conflictos regionales y estrategias de seguridad.*, Barcelona, Ministerio de Defensa, 2008, pp. 39-42.
- MELISSEN, Jan, "Public Diplomacy Between Theory and Practice" in: *The Present And Future Of Public Diplomacy: A European Perspective. The 2006 Madrid Conference on Public Diplomacy*, Javier Noya (ed.), Madrid, Real Instituto Elcano, 2006.
- MENDES Nuno Canas e COUTINHO, Francisco Pereira, *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Setembro 2014, pp. 407-420.
- MONTANARI, Marco, "The Barcelona Process and the Political Economy of Euro-Mediterranean Trade Integration", *JCMS* 2007 Volume 45. Number 5. pp. 1011-1040.

- NEVES, José César Paulouro das, *Rituais de Entendimento. Teoria e Prática Diplomáticas. Apontamentos*, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE - Série A, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2011, pp.155-162.
- NYE, Joseph S. Jr., "Public Diplomacy and Soft Power", *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 2008, p.94.
- RINCÓN, Alfonso, RAMOS Luis Emilio, ESTÉVEZ, Lucana, *Soft-security within the Euro-Mediterranean partnership*, The Political Economy of Governance in the Euro-Mediterranean Partnership 2006, disponível em: http://www.euromed.org/documents/working_paper/Go-EuroMed_WP_0611_Spain_on_Security.pdf.
- SANDSETH, Herstin, *Natura 2000 na Região Mediterrânica*, Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia, 2010, p.3. In: http://ec.europa.eu/environment/nature/info/pubs/docs/biogeos/Mediterranean/KH780_9610PTC_002.pdf.
- SÜEL, Asli, "From The Euro-Mediterranean Partnership To The Union For The Mediterranean" in *Perceptions*, Winter 2008, pp.93-121.
- SZONDI, Gyorgi, "Public Diplomacy and Nation Branding; Conceptual Similarities and Differences", in *Discussion Papers in Diplomacy*, October, 2008, p. 6.
- TANNER, Fred, "The Mediterranean Pact : A Framework For Soft Security Co-Operation Mediterranean Politics", em <http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2012/01/7.-THE-MEDITERRANEAN-PACT.pdf> (consultado a 11/09/2014).

Documentos:

- Conference On Security And Co-Operation In Europe Final Act, Helsinki 1975 consultado em <http://www.osce.org/mc/39501?download=true>.
- 5+5 Dialogue Chronology of the main meetings (2003-2013) consultado em http://westmediterraneanforum.org/wpcontent/uploads/2013/09/131017_chronology5+51.pdf.
- Malta Declaration concluding the Second Summit of the Heads of State and Government of the Member States of the Western Mediterranean Forum - 5+5 Dialogue - Valletta, 5-6 October, 2012 consultado em <http://www.gov.mt/en/Government/Press%20Releases/Documents/pr2192a.pdf>.
- Sumário das conclusões da décima primeira Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Diálogo 5+5 ocorrida em Lisboa a 22 de maio de 2014.
- Sumário da Reunião do Comité de *Suivi* do Diálogo 5+5 ocorrida em Lisboa a 2 de dezembro de 2013.
- 5+5 Dialogue Founding Declaration, 10 October 1990, Roma, Itália consultado em <http://www.iemed.org/observatori-es/recursos/documents/documents-oficiais/declaracio-constitutiva-del-dialeg-5-5>.

Websites:

- <http://fletcher.tufts.edu/Murrow/Diplomacy>
- http://idi.mne.pt/images/docs/semin_diplo_2014/discursos/039.pdf.
- http://idi.mne.pt/images/estagios/regul_estag.pdf.
- <http://idi.mne.pt/pt/formacao/idi.html>
- <http://idi.mne.pt/pt/livre.html>.
- <http://idi.mne.pt/pt/seminario-diplomatico.html>
- <http://ufmsecretariat.org/>
- <http://www.5plus5defence.org/sites/EN/PagesEN/home.aspx>

- <http://www.medeia.be/en/>
- http://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_70537.htm
- http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_60021.htm
- <http://www.pam.int/welcome.asp?m=assembly&id=299>
- <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/sobre-o-ministerio-dos-negocios-estrangeiros.aspx>
- <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/organizacoes-e-funcoes.aspx>
- <http://www.theatlanticpost.com/europe/natos-mediterranean-dialogue-2840.html>

Outros:

- Mapa de Pessoal dos Serviços Internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Informação de Serviço REF^a 3257/2013 – IDI, de 21/09/2013
- Informação de Serviço REF^a 2684/2014 – IDI, de 27/02/2014

Legislação:

- Decreto-Lei n.º 121/2011 de 29 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 54/94 de 24 de Fevereiro
- Decreto-Regulamentar n.º 10 de 19 de janeiro de 2012
- Portaria n.º 33/2012 de 31 de janeiro

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - Organograma MNE	11
Figura 2 - Organograma IDI.....	14
Figura 3 - Mapa de Incidência Geográfica do DM	21
Figura 4 - Mapa de Incidência Geográfica da UpM.....	27
Figura 5 - Mapa de Incidência Geográfica da PEV	28
Figura 6 - Mapa de Incidência Geográfica da Iniciativa 5+5.....	29
Tabela 1 - Tabela resumo das principais vertentes setoriais do Diálogo 5+5	33
Tabela 2 - Quadro resumo de parcerias sobre o Mediterrâneo.....	36

ANEXOS

Anexo 1 - Exemplo de Protocolo de Cooperação utilizado nas áreas da Formação Diplomática e do Intercâmbio de Informação e Documentação.....	56
Anexo 2 - Lista de protocolos de cooperação entre o IDI entidades internacionais	58
Anexo 3 - Resumo das Relações Bilaterais com os Parceiros Meridionais no âmbito da PEV ..	59
Anexo 4 - Declaração comum dos nove países do Mediterrâneo ocidental, sobre a cooperação e o Diálogo do Mediterrâneo Ocidental entre os países da UMA e os países da Europa do Sul ...	59
Anexo 5 - Cronologia dos principais encontros da Iniciativa 5+5 entre 2003 e 2013	59
Anexo 6 - Agenda e Lista de Participantes da I Reunião de Diretores de Formação Diplomática da Iniciativa 5+5.....	59

Anexo 1 - Exemplo de Protocolo de Cooperação utilizado nas áreas da Formação Diplomática e do Intercâmbio de Informação e Documentação

PROTOCOL OF COOPERATION

BETWEEN

THE DIPLOMATIC INSTITUTE OF THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PORTUGUESE REPUBLIC

AND

**THE DIPLOMATIC ACADEMY
OF THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE REPUBLIC OF ALBANIA**

The Diplomatic Institute - Ministry of Foreign Affairs of the Portuguese Republic Diplomatic and the Academy of the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Albania, hereinafter referred to as "Signatories",

Considering:

1. The mutual interest in establishing and developing cooperation with the view of strengthening the relations between the diplomatic services of both countries;
2. The necessity of fostering innovative methods in the field of diplomatic staff training, in order to keep pace with the growing complexity of international relations;
3. The objective of creating bonds between the Signatories, through the exchange of information and documentation relevant to their *curricula* and the organization of meetings and seminars on matters of common interest.

Have reached the following understanding:

1. Object

This Protocol is intended to establish the terms and conditions under which the signatories intend to develop cooperation projects within their fields of competence.

2. Training

- 2.1 The Signatories may organize an exchange of lecturers and students with the purpose of upgrading their professional qualifications and participating in seminars or similar events on topics of common interest and especially relevant to their areas of training.
- 2.2 As regards point 2.1, the Signatory that hosts the lecturers or students and organizes in its territory the seminars or similar events, will be responsible for expenses related to the accommodation of the aforementioned participants, whilst the other Signatory will be responsible for expenses related to the international transportation costs, in accordance to its own national rules.

3. Exchange of Information and Documentation

- 3.1 The Signatories may proceed to a regular exchange of information pertaining to their activities, especially in to what concerns their training *curricula*, the organization of seminars, symposia and other similar activities.
- 3.2 The Signatories may proceed to a regular and reciprocal exchange of documentation, (publications, etc.) and the establishment of partnerships among their respective libraries and archives.
- 3.3 The Signatories may promote the publication of articles of authors from both countries on topics related to international politics, on publications edited by the Signatories.

4. Effects

- 4.1 The Protocol will come into effect on the day of its signature and will remain in force for a period of three years, after which it will be automatically renewed for subsequent periods of three years.
- 4.2 The present Protocol will cease to produce effects when one of the Signatories notifies the other in writing of its wish to terminate this Protocol, no later than ninety days prior to the expiry of its validity.

Done in duplicate on the 7th November 2008 in English language.

**For the Diplomatic Academy of the
Ministry of Foreign Affairs of the
Republic of Albania**



Ambassador Shaban Murati

**For the Diplomatic Institute of the
Ministry of Foreign Affairs of the
Portuguese Republic**



Amabassador Carlos Neves Ferreira

Anexo 2 - Lista de protocolos de cooperação entre o IDI entidades internacionais

Protocolos entre o IDI e entidades internacionais			
País	Instituição	Tipo de Protocolo	Data
Albânia	Albanian Diplomatic Academy	Protocolo de Cooperação	7 de Novembro de 2008
Angola	Instituto de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores	Protocolo de Cooperação	15 de Setembro de 2011
Argentina	Instituto do Serviço Exterior da Nação do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto	Protocolo de Cooperação	10 de Julho de 2008
Brasil	Instituto Rio Branco	Protocolo de Cooperação	8 de Março de 2004
Bulgária	Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros	Protocolo de Cooperação	12 de Novembro de 2007
Cabo Verde	Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades	Protocolo de Cooperação no âmbito do Convénio Geral de Cooperação assinado pelos dois ministérios em 1983	29 de Agosto de 2012
China	Departamento de Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros	Protocolo de Cooperação	14 de Setembro de 2007
China	Instituto Internacional de Macau	Protocolo de Cooperação	1 de Abril de 2003
China	Fundação Macau/Macau Foundation	Protocolo de Cooperação	12 de Agosto de 2008
China	Universidade Chinesa de Negócios Estrangeiros, Departamento do Ministério dos Negócios	Protocolo de Cooperação	7 de Abril de 2011
Cuba	Instituto Superior de Relações Internacionais	Protocolo de Cooperação	29 de Março de 2000
Egito	Instituto de Estudos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros	Protocolo de Cooperação	12 de Julho de 2007
Equador	Academia António J. Quevedo	Acordo de Cooperação	1 de Outubro de 2005
EUA	Faculdade de Diplomacia e Relações Internacionais da Universidade Seton Hall	Protocolo de Cooperação	22 de Abril de 2009
EUA	Museu do Holocausto dos Estados Unidos da América	Protocolo de Cooperação sobre o acesso aos instrumentos de descrição e aos documentos relativos ao Holocausto.	6 de Maio de 1999
Federação Russa	Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros	Protocolo de Cooperação	15 de maio de 2006
Federação Russa	Universidade Estatal de S. Petersburgo	Protocolo de Cooperação	18 de maio de 2006
Federação	Universidade MGIMO	Protocolo de Cooperação	16 de maio

Russa			de 2009
Gana	Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Integração Regional da República do Gana	Programa de cooperação sobre formação diplomática e troca de informação e documentação	9 de Setembro de 2014
México	Governo dos Estados Unidos Mexicanos	Programa e Cooperação com o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para as áreas da Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Língua e Cultura, Juventude, Desporto e Comunicação Social para 2005/2008 (ICA)	14 de Novembro de 2005
Moçambique	Governo da República de Moçambique	Protocolo de Cooperação	29 de novembro de 2011
Namíbia	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Protocolo de Cooperação	7 de Outubro de 2010
Paquistão	Foreign Service Academy	Protocolo de Cooperação	29 de Setembro de 2008
Peru	Academia Diplomática	Protocolo de Cooperação	24 de Junho de 2007
República da Guiné	Ministério dos Assuntos Exteriores, Cooperação Internacional e da Francofonia	Protocolo de Cooperação	8 de Dezembro de 2010
Roménia	Instituto Diplomático do MNE	Protocolo de Cooperação	5 de Dezembro de 2005
Sérvia	Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros	Protocolo de Cooperação	21 de Abril de 2008
Timor-Leste	Secretaria Geral do MNE de Timor Leste	Protocolo de Cooperação	20 de maio de
Tunísia	Instituto Diplomático da Tunísia	Protocolo de Cooperação	11 de Dezembro de 2001
Turquia	Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia	Protocolo de Formação Diplomática e Troca de Documentação	18 de Dezembro de 2012
Ucrânia	Academia Diplomática	Protocolo de Cooperação	17 de Novembro de 2006
Uruguai	Instituto Artigas del Servicio Exterior	Protocolo de Cooperação	17 de Outubro de 2006
Uzbequistão	University of World Economy and Diplomacy	Protocolo de Cooperação	9 de Novembro de 2010

Conforme: <http://idi.mne.pt/pt/protocolos/protocolos-internacionais.html>.



ЕВРОПЕЙСКИ ПАРЛАМЕНТ PARLAMENTO EUROPEO EVROPSKÝ PARLAMENT EUROPA-PARLAMENTET
EUROPÄISCHES PARLAMENT EUROOPA PARLAMENT ΕΥΡΩΠΑΪΚΟ ΚΟΙΝΟΒΟΥΛΙΟ EUROPEAN PARLIAMENT
PARLEMENT EUROPÉEN PARLAIMINT NA HEORPA EUROPSKI PARLAMENT PARLAMENTO EUROPEO
EIROPAS PARLAMENTS EUROPOS PARLAMENTAS EURÓPAI PARLAMENT IL-PARLAMENT EWROPEW
EUROPEES PARLEMENT PARLAMENT EUROPEJSKI PARLAMENTO EUROPEU PARLAMENTUL EUROPEAN
EURÓPSKY PARLAMENT EVROPSKI PARLAMENT EUROOPAN PARLAMENTTI EUROOPAPARLAMENTET

PARCEIROS MERIDIONAIS

A Política Europeia de Vizinhança (PEV) abrange dez dos parceiros da UE do sul e do leste do Mediterrâneo: Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Palestina, Síria e Tunísia. A PEV é constituída por políticas bilaterais entre a UE e cada um dos países parceiros. Em resposta à rápida evolução dos acontecimentos na vizinhança meridional da UE, a Comissão e a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança apresentaram, em 8 de março de 2011, a resposta da UE às transformações na região, numa comunicação intitulada «Uma parceria para a Democracia e a Prosperidade Partilhada com o sul do Mediterrâneo». Esta política renovada foi aprovada pelo Conselho Europeu e acolhida com agrado pelo Parlamento Europeu.

BASE JURÍDICA

- Artigo 8.º do Tratado da União Europeia;
- Título V do Tratado da União Europeia: a «ação externa» da UE;
- Artigos 206.º e 207.º (comércio) e 216.º a 219.º (acordos internacionais) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

INSTRUMENTOS

Os instrumentos bilaterais da UE mais importantes na região são os acordos de associação celebrados com o Egito (2004), a Argélia (2005), Israel (2000), a Jordânia (2002), o Líbano (2006), Marrocos (2000), a Autoridade Palestiniana (acordo provisório de 1997) e a Tunísia (1998). Ainda não tinha sido assinado um acordo de associação com a Síria quando os atos de repressão violenta por parte do Governo sírio contra os protestos da população em 2011 levaram a UE a responder com uma série de medidas progressivamente restritivas. As negociações com vista à conclusão de um acordo-quadro UE-Líbia foram suspensas em fevereiro de 2011 e ainda têm de ser retomadas.

Existem atualmente sete planos de ação bilaterais entre a UE e os seus parceiros meridionais. Estes planos de ação estabelecem programas de reformas políticas e económicas com prioridades a curto e médio prazo, entre três a cinco anos. Os planos de ação da PEV refletem as necessidades, os interesses e as capacidades da UE e de cada parceiro - desenvolvendo sociedades democráticas, socialmente equitativas e inclusivas, fomentando a integração económica e a educação, desenvolvendo pequenas e médias empresas e a agricultura, facilitando a circulação de pessoas nas fronteiras e prestando assistência financeira e cooperação técnica no sentido de uma harmonização com as normas da UE. A PEV não está totalmente implementada na Argélia, na Líbia e na Síria, visto que estes países não acordaram ainda os respetivos planos de ação.

Estes planos são normalmente financiados pelo Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP). Além disso, a Comissão disponibiliza apoio financeiro sob a forma de subvenções

aos parceiros, que é complementado por empréstimos concedidos pelo Banco Europeu de Investimento e pelo Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. Uma vez que a sociedade civil desempenha um papel importante em prol da democracia e da boa governação nos países parceiros, a UE apoia igualmente as organizações relevantes através do Instrumento para a Sociedade Civil, criado em 2011.

As avaliações que acompanham os relatórios anuais sobre os progressos realizados no âmbito da PEV servem de base à política da UE, em que o princípio «mais por mais» é aplicado a todos os incentivos propostos pela União: alteração de políticas e assistência financeira (sem contar com a ajuda humanitária, o apoio à sociedade civil e os fundos para os refugiados e a gestão de fronteiras externas). Aos parceiros que optem por empreender reformas políticas ambiciosas poderá ser oferecida a possibilidade de estabelecer acordos de comércio livre aprofundados e abrangentes (ACLAA) de vasto alcance, bem como parcerias de mobilidade.

MARROCOS

De entre todos os seus parceiros meridionais, é com Marrocos que a UE mantém relações mais alargadas. Em 2008, foi concedido o «estatuto avançado» ao país, recaindo agora a tónica no diálogo político bilateral e na harmonização do quadro regulamentar do país com o acervo comunitário, o conjunto de medidas e regulamentações da UE. A UE prossegue uma relação particularmente estreita com o país e pretende apoiar as reformas económicas e políticas de Marrocos. As questões relacionadas com a migração constituem uma prioridade e, recentemente, entrou em vigor um novo acordo de pesca. A Parceria para a Mobilidade UE-Marrocos foi assinada em junho de 2013. Marrocos foi o primeiro país na região a encetar negociações relativas a um regime de facilitação de vistos e à criação de uma zona de comércio livre aprofundada e abrangente (ZCLAA) com a UE.

As relações entre o Parlamento marroquino e o Parlamento Europeu foram estabelecidas em 1981 e reforçadas em 2010 com a criação de uma comissão parlamentar mista. A mais recente reunião teve lugar em Rabat, em 2014. Todos os últimos presidentes do PE visitaram Marrocos.

ARGÉLIA

A Argélia é o quinto maior fornecedor de energia da UE, sendo igualmente um parceiro estratégico da União. A cooperação entre os parceiros incide nas reformas políticas e socioeconómicas e na luta contra a corrupção. A UE apoia igualmente a sociedade civil argelina, dando um contributo importante para os processos democráticos do país. A UE acolheria com satisfação o reforço do papel desempenhado pela Argélia no Magrebe e na região do Sael e do Sara.

A primeira reunião interparlamentar entre o Parlamento Europeu e o Parlamento argelino foi realizada em 1986 e a última visita do PE à Argélia teve lugar em 2013. Em 2012, o PE participou na missão de observação eleitoral da UE às eleições parlamentares da Argélia.

TUNÍSIA

A Tunísia está fortemente orientada para a UE, que é o seu principal parceiro comercial, representando 70 % do comércio externo do país. O Grupo de Trabalho UE-Tunísia — o primeiro do género a ter lugar no âmbito da reforma da política de vizinhança da UE — reuniu-se em Tunes, em setembro de 2011, e incidiu no apoio político e económico da UE.

A adoção consensual de uma nova constituição na Tunísia, em janeiro de 2014, representou um passo importante para a democracia no país e prevê-se que as relações com a UE evoluam de

forma positiva. Na qualidade de segundo parceiro meridional da UE mais importante (depois de Marrocos), a Tunísia assinou uma parceria para a mobilidade com a UE no início de março de 2014.

As relações entre o Parlamento tunisino e o Parlamento Europeu foram estabelecidas em 1983. Desde a revolução tunisina de 2011, diversos representantes do Parlamento Europeu visitaram o país, incluindo os presidentes Jerzy Buzek e Martin Schulz, bem como observadores da missão de observação eleitoral da UE. O Gabinete do PE para a Promoção da Democracia Parlamentar tem cooperado de forma estreita com a Assembleia Constituinte da Tunísia, proporcionando aos seus membros e pessoal formação e visitas de estudo.

LÍBIA

Atualmente, não existem quaisquer relações contratuais entre a Líbia e a União Europeia. Durante a guerra civil, e desde então, a UE desempenhou um papel ativo na Líbia. A UE coordena a assistência a nível das comunicações, da sociedade civil e da gestão de fronteiras, em cooperação com outros intervenientes internacionais. A União destacou uma missão da Política Comum de Segurança e Defesa, que envolveu 160 membros do pessoal, para ajudar a reforçar as capacidades do país em matéria de gestão das suas fronteiras. A UE é o principal doador da Líbia.

Antes da queda do regime do líder líbio, Muammar Gaddafi, realizaram-se quatro reuniões interparlamentares entre o Parlamento Europeu e o seu homólogo líbio. A sua mais recente visita à Líbia foi organizada em 2010. Até à data, não houve qualquer reunião formal com o Congresso Geral Nacional (Parlamento) do país.

EGITO

As relações entre a União Europeia e o Egito regem-se por um acordo de associação que entrou em vigor em 2004. Após a revolução egípcia, a UE comprometeu-se a apoiar a transição democrática do país, tendo a primeira reunião do Grupo de Trabalho UE-Egito sido realizada no Cairo, em 13 e 14 de novembro de 2012, a fim de debater questões como as relações comerciais, a cooperação económica, o turismo, a reforma política, a recuperação de bens, os direitos humanos, a governação, as infraestruturas, as TIC e a ciência. Desde então, a situação política extremamente instável que se verifica no Egito impediu a realização de novos progressos.

O Parlamento Europeu realizou nove reuniões interparlamentares com o Parlamento do Egito antes da queda do regime do presidente egípcio Hosni Mubarak. O Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek, visitou o país em 2011, tendo a reunião interparlamentar mais recente (10.^a) sido organizada em 2012.

ISRAEL

A UE mantém com Israel relações amplas, reforçadas por fortes relações económicas e comerciais e pela cooperação técnica. Tendo por base o Acordo de Associação de 2000, a relação evoluiu de forma dinâmica nos anos seguintes, assistindo-se a uma expansão significativa em muitos setores. No entanto, em 2009, a UE decidiu que seria necessário realizar progressos no âmbito do processo de paz no Médio Oriente para que as relações progredissem para um estatuto «avançado».

Nos últimos anos, o Parlamento Europeu aprovou diversas resoluções extremamente críticas sobre as políticas de Israel, nomeadamente sobre os colonatos israelitas na Palestina, o tratamento dos prisioneiros palestinos nas prisões israelitas e a situação das comunidades

beduínas no deserto do Negev. O Parlamento Europeu e o Knesset mantêm relações desde há longo tempo e a sua última reunião (a 39.^a) teve lugar em Tel Aviv e Jerusalém, em 2013.

PALESTINA

O Acordo Provisório de Associação sobre Comércio e Cooperação constitui a base jurídica para as relações da UE com a Autoridade Palestiniana.

Em 2013, a UE e a Autoridade Nacional Palestiniana (ANP) concluíram um novo Plano de Ação. A UE é o mais importante apoiante internacional da ANP.

De 1994 até ao final de 2011, a União autorizou um montante de aproximadamente 5 mil milhões de euros a título de ajudas aos palestinianos, através de vários instrumentos geográficos e temáticos. O apoio da UE tem como objetivo geral assegurar a criação de um Estado Palestino viável, independente e democrático, que coexista em paz e segurança com Israel e com outros países da vizinhança.

O PE tem um interesse particular na questão palestiniana e apoia a criação de um Estado Palestino. O Parlamento participou na missão de observação eleitoral da UE em 2006. Os contactos interparlamentares entre o Parlamento Europeu e o Conselho Legislativo Palestino realizam-se regularmente e a última visita do Parlamento a Jerusalém Oriental e à Cisjordânia teve lugar em 2014.

JORDÂNIA

A UE considera a Jordânia um parceiro importante, que desempenha uma função moderadora e estabilizadora no Médio Oriente, contribuindo para o processo de paz israelo-palestiniano e reforçando a cooperação política e económica. A Jordânia foi o segundo país parceiro mediterrânico, a seguir a Marrocos, a adquirir o estatuto «avançado» na sua parceria com a UE.

Realizaram-se seis reuniões interparlamentares entre o Parlamento da Jordânia e o Parlamento Europeu, a última das quais em Amã, em 2012. O Parlamento Europeu participou na missão de observação eleitoral da UE em 2013.

SÍRIA

Desde meados de março de 2011, quando o Governo da Síria começou a reprimir de forma violenta os protestos contra o Governo, a UE tomou uma série de medidas cada vez mais restritivas. O Conselho dos Negócios Estrangeiros da UE anunciou, em maio de 2011, que todos os programas de cooperação bilateral entre a UE e o Governo da Síria seriam suspensos, bem como todos os preparativos com vista a novos programas de cooperação bilateral. A UE apoia conversações de paz inclusivas entre as partes em conflito. Desde o início do conflito, a UE, juntamente com os seus Estados-Membros, contribuiu com mais de 2,6 mil milhões de euros em ajuda humanitária, destinada à Síria e a toda a região.

As relações interparlamentares foram igualmente suspensas devido à guerra civil. Antes do início da sublevação síria contra o regime do presidente Bashar al-Assad, foram realizadas 11 reuniões entre o Parlamento da Síria e o Parlamento Europeu. A última teve lugar em Damasco, em 2011.

LÍBANO

As relações entre a UE e o Líbano baseiam-se no Acordo de Associação assinado em 2006. A UE apoia a unidade, a estabilidade, a independência, a soberania e a integridade territorial do

Líbano, nomeadamente devido à deterioração da situação na vizinha Síria. Mais de 26 % da vasta ajuda humanitária da UE em resposta à guerra civil na Síria foi atribuída ao Líbano. A UE manifestou igualmente o seu apoio aos esforços do Governo libanês no sentido de manter a estabilidade no país.

O Parlamento Europeu participou na missão de observação eleitoral da UE no Líbano em 2009. Realizaram-se, ao todo, 12 reuniões interparlamentares entre o Parlamento libanês e o Parlamento Europeu, a última das quais em Beirute, em 2013.

[Pekka Hakala](#)
04/2014

Anexo 4 - Déclaration commun des neuf pays du Méditerranée occidentale, sobre a cooperação e o Diálogo do Méditerranée Occidental entre os países da UMA e os países da Europa do Sul

Déclaration commune des neuf pays de la Méditerranée occidentale, sur la coopération et le dialogue en Méditerranée occidentale entre les pays de l'Union du Maghreb arabe et les pays de l'Europe du Sud Rome le 10 octobre 1990

Circonstances :

Première réunion le 10 octobre 1990 à Rome des ministres des affaires étrangères des neuf pays de la Méditerranée occidentale avec Malte

Les ministres des affaires étrangères de l'Algérie, l'Espagne, la France, l'Italie, la Jamahyria arabe libyenne, le Maroc, la Mauritanie, le Portugal et la Tunisie, ainsi que le ministre des affaires étrangères de Malte, en sa qualité de pays associé, se sont réunis le 10 octobre 1990 à Rome à l'invitation du gouvernement italien. La réunion des ministres des affaires étrangères a été précédée le 8 octobre d'une réunion préparatoire au niveau des hauts fonctionnaires.

- 1 - Les ministres des affaires étrangères des pays membres de l'UMA et des quatre pays européens, membres de la CEE, ainsi que de Malte, se sont félicités de la tenue de cette première réunion qui constitue l'aboutissement d'un processus intense de concertations. Ils considèrent que les évolutions positives intervenues en Europe et au Maghreb ont directement contribué à l'aboutissement de leurs efforts communs. Ils ont estimé qu'il est d'une grande importance de mettre à profit les potentialités offertes par le nouveau contexte régional en Méditerranée occidentale pour intensifier davantage leurs efforts pour asseoir un cadre de dialogue et de coopération sur des bases durables.

- 2 - Les ministres ont exprimé l'attachement de leurs pays aux principes de la globalité et de l'indivisibilité de la **sécurité en Méditerranée** et sont convenus d'inscrire leur action dans le cadre de la promotion de la paix et de la coopération dans toute la région. Ils estiment que la question de la sécurité en Méditerranée doit être considérée dans le contexte plus large de la sécurité internationale et qu'elle est étroitement liée à celle de la région tout entière. Compte tenu des processus favorables en matière de sécurité et coopération qui se développent en Europe les pays méditerranéens devraient en bénéficier.

- 3 - Les ministres des affaires étrangères ont dûment pris en considération les caractéristiques et spécificités de la Méditerranée occidentale et ont décidé de les valoriser pour faire de cette région une aire de **paix, de coopération et de stabilité**. Ils sont convaincus que les avantages qui en résultent pour chaque pays et pour la sous-région de la Méditerranée occidentale en termes de stabilité politique et de progrès économique, social et culturel pourront contribuer à la transformation de la Méditerranée en une zone de paix et de coopération.

- 4 - Ils ont souligné que les **processus d'intégration** de l'Europe des Douze et celui engagé au sein de l'UMA constituent des facteurs de nature à contribuer à la réduction des tensions, au renforcement du bon voisinage et à l'expansion du progrès économique, social et culturel.

- 5 - Ils ont constaté que ces processus recèlent de grandes potentialités pour l'approfondissement des liens de coopération entre les pays de la Méditerranée occidentale d'une part et entre l'UMA et la CEE d'autre part. Dans cette perspective, ils ont été d'avis que le dialogue et la coopération qu'ils projettent au niveau de leur sous-région sont de nature à renforcer, mais sans s'y substituer, les futures relations CEE-UMA et le dialogue euro-arabe.

6 - Les ministres ont considéré que les grands écarts actuels dans les niveaux de développement entre le Nord et le Sud de la Méditerranée, y compris la Méditerranée occidentale, introduisaient des déséquilibres générateurs de graves dangers pour la stabilité et le bien-être de toute la région. A cet égard, ils ont fait montre d'une grande détermination pour créer une **solidarité régionale** en vue de résorber les disparités de développement. Les ministres ont exprimé leur conviction que cette solidarité régionale permettra d'éviter la marginalisation de cette région. Ils veilleront à cet effet à ce que les processus d'intégration et de coopération entamés en Europe s'accompagnent d'un effort simultané et similaire en matière de coopération en direction de la région de la Méditerranée. Ils ont estimé à cet égard que cette solidarité pourrait être réalisée à partir d'un noyau stable en Méditerranée occidentale.

- 7 - Dans cette perspective, ils ont exprimé leur conviction que, pour être effective, cette solidarité requerrait la mise en œuvre de moyens et d'instruments efficaces de dialogue et de coopération.

- 8 - Partant de ces convictions communes, les ministres des affaires étrangères des pays participants :

- conviennent de mettre en place un cadre approprié destiné à **renforcer le dialogue politique et promouvoir la concertation** et à engager un effort collectif de **promotion du développement économique, culturel et social** au niveau de la Méditerranée occidentale. Ce cadre est destiné à entretenir une dynamique de dialogue au niveau des ministres des affaires étrangères. Les ministres se rencontreront au moins une fois par an et plus s'il en était besoin, pour procéder à un échange de vues sur les questions d'intérêt commun notamment celle relative à la région. La présidence des réunions ministérielles sera tournante en suivant l'ordre alphabétique des pays. Des groupes de travail avec

participation maltaise seront établis par un mécanisme de coordination des Neuf pour développer des actions de coopération dans des domaines d'intérêt commun.

- - Soulignent que la dynamique de dialogue, de concertation et de coopération qu'ils engagent revêtira un caractère global, intégrant les paramètres politiques, de sécurité, économiques, culturels, humains et écologiques.

- - Conviennent que la coopération économique reposera sur le concept de partenariat et complètera, sans s'y substituer, la coopération bilatérale et celle arrêtée dans le cadre de la CEE ainsi que le cadre des relations qui seront établies entre la CEE et l'UMA.

- Cette coopération se traduira par

- A) L'adoption de programmes et projets méditerranéens spécifiques.

- B) L'encouragement du développement économique ainsi que du dialogue culturel, politique et de sécurité entre les dits pays.

- C) Des échanges de vues et d'informations susceptibles de conduire à la concertation des politiques et des programmes de coopération afin d'en assurer une meilleure cohérence et efficacité.

9 - La coopération méditerranéenne fera appel à la **participation active des entreprises, des partenaires sociaux, des investisseurs privés, des collectivités territoriales et des institutions culturelles**, tandis que les gouvernements s'engageront à créer un climat politique favorable et à stimuler l'intérêt des milieux économiques, culturels, et scientifiques concernés.

- Une **coopération entre les parlements** des pays concernés pourra aussi être envisagée et encouragée.

- 10 - Les neuf pays ainsi que Malte ont décidé de promouvoir le dialogue et la concertation en vue de contribuer à la **solution des questions politiques et de sécurité d'intérêt commun**. Ils ont décidé en outre de développer leur coopération sur une base équilibrée mutuellement avantageuse dans les **domaines prioritaires** suivants :

- A) **Economie** : - Promotion des échanges commerciaux (dont la coopération en matière des normes de contrôle des produits et des systèmes de certification). - Relations industrielles. Partenariat et investissements. Energie. Transport. Agriculture et autosuffisance alimentaire. Tourisme et artisanat. Transfert technologie.

- B) **Ressources humaines** : - Affaires sociales et en particulier l'immigration. Education et formation. Recherche scientifique. Communications. Affaires culturelles et sauvegarde du patrimoine. Activités sportives.

- C) **Ressources naturelles** : - Environnement (et en particulier la lutte contre la pollution, la désertification et les fléaux naturels). Protection civile. Préservation et sauvegarde des ressources halieutiques.

- 11 - A cet effet, les ministres conviennent d'exploiter les possibilités offertes par la coopération régionale en adoptant les programmes et projets spécifiques suivants :

- A) Création d'une Banque de données méditerranéennes reliant leurs pays et permettant les échanges et la communication d'informations dans tous les domaines d'intérêt commun notamment dans le domaine industriel et commercial.

- B) Coopération plus étroite dans les domaines social et humain : étude des questions migratoires en vue de favoriser la recherche des solutions mutuellement acceptables dans les cadres compétents, notamment en ce qui concerne les conditions de vie, de séjour, de circulation et de travail.

- C) Le développement de la solidarité régionale par une gestion commune des équilibres naturels dans le bassin occidental.

12 - Dans ce même esprit les ministres conviennent :

- A) De favoriser la création d'une institution multilatérale financière à vocation méditerranéenne.

- B) De promouvoir des solutions adéquates pour résoudre les problèmes de la dette extérieure des pays du Maghreb et d'inciter dans les cadres compétents la recherche des mécanismes pour résoudre ce problème en favorisant la création d'emplois et en prenant en considération les diverses initiatives récentes.

- C) De promouvoir par les cadres juridiques et les institutions financières appropriés la réalisation de projets dans les pays du Maghreb (promotion du partenariat, de la sous-traitance, du transfert de technologie, etc).

- D) D'enrichir le dialogue et la coopération culturelle, scientifique et technique entre les pays d'Europe du Sud et du Maghreb par des programmes d'action méditerranéens permettant le développement de la coopération entre les universités, les institutions scientifiques, culturelles et

éducatives (formation de cadres, promotion des échanges de jeunes, sauvegarde et réhabilitation du patrimoine).

- 13 - Les ministres considèrent que le lancement effectif d'un tel processus de coopération régionale représentera une manifestation supplémentaire de l'intérêt de l'Europe méridionale vis-à-vis du Maghreb, sans pour autant que cette coopération prenne la forme de réunions ou de mécanismes de négociations préalables. Cette coopération permettra par ailleurs une projection quant aux futures relations CEE - UMA, que les quatre pays communautaires s'efforceront de promouvoir dans le cadre des Douze.

- 14 - Nonobstant la création de groupes sectoriels par le mécanisme de coordination des neuf, les ministres ont décidé d'ores et déjà la création de groupes de travail dans les domaines prioritaires suivants :

- Institution financière multilatérale à vocation méditerranéenne, Autosuffisance alimentaire et lutte contre la désertification, questions de la dette, questions migratoires, sauvegarde du patrimoine culturel.

- Ils ont aussi insisté sur l'importance de la création rapide d'une banque méditerranéenne de données, en tenant compte des banques de données existantes et notamment de celle du plan d'action méditerranéen.

- 15 - Les ministres ont décidé de tenir leur prochaine réunion à Alger en 1991 et ont remercié le gouvernement italien pour sa chaleureuse invitation et hospitalité.

Source : <http://discours.vie-publique.fr/notices/902028900.html>

Anexo 5 - Cronologia dos principais encontros da Iniciativa 5+5 entre 2003 e 2013



5+5 Dialogue

Chronology of the main meetings (2003-2013)



Union pour la Méditerranée
Union for the Mediterranean
الاتحاد من أجل المتوسط

CASAMEDITERRANEO IEMed.
European Institute of the Mediterranean



Introduction

The Forum for the Dialogue in the Western Mediterranean, also known as 5+5 Dialogue, is an informal political dialogue that brings together ten riparian countries in the Western basin of the Mediterranean: five countries from the Arab Maghreb Union (Algeria, Libya, Morocco, Mauritania and Tunisia) and five members of the European Union (Spain, France, Italy, Malta and Portugal). This initiative was created in Rome on 10 December 1990 with the aim of reinforcing and enriching the political, economic and cultural dialogue between the two banks of the Mediterranean.

However, the consequences of the Gulf War and the embargo imposed on Libya, among other things, weakened the development of this initiative during the nineties. It was not until January 2001 that the 5+5 found itself being relaunched at the meeting of the Ministers for Foreign Affairs in Lisbon which has met regularly once a year in the Maghreb and in Europe alternatively since then. The 5+5 also holds regular meetings at other levels, such as that of the Ministers for Employment and Social Affairs, Defence, Home Affairs or national Parliaments.

The 5+5 Dialogue has a flexible and informal character, over the years its character has changed from the merely political, becoming a forum for a strengthened regional and multidisciplinary cooperation in the Western Mediterranean. Originally just a politic compromise between Foreign Ministers, it later expanded to include other spheres, such as education, the environment and renewable energies, as well as home affairs (since 1995), migration (since 2002), inter-parliamentary relations (since 2003), defence (since 2004), tourism (since 2006) and transport (since 2007) Education (2009) and Environment (2010). Due to its practical and operational nature, it is an ideal forum for the exchange of ideas and the launch of new initiatives.

The 5+5 Dialogue stands out as the unique framework in relations between European and Maghreb countries. Due to its practical and operative character it is a privileged forum for the interchange of ideas and launching of new initiatives besides taking advantage of the restricted geographical field limited to the Western Mediterranean. This initiative has encouraged the insertion of Libya and Mauritania in the regional context.

5+5 Dialogue Founding Declaration, 10 October 1990, Rome (Italy)

www.iemed.org/observatori-es/recursos/documents/documents-oficials/declaracio-constitutiva-del-dialeg-5-5



Main meetings of the period 2003-2004

- 29th-30th October 2003, Saint-Symphorien-le-Château (France): **Extraordinary meeting of 5+5 Dialogue Foreign Ministers.** The aim of this meeting, which takes place according to that agreed at the annual meeting of foreign ministers in Sainte-Maxime (9th and 10th April 2003), is twofold: on one hand, to tackle the issue of recent regional developments and their consequences for the Western Mediterranean and on the other hand, to contribute to the preparations for the First Summit of Heads of State and Government of the 5+5 Dialogue initiative.

www.iemed.org/observatori/recursos/documents/documents-oficials/reunion-des-ministres-des-affaires-etrangeres-du-dialogue-5-5?set_language=ca

- 5th-6th December 2003, Tunisia (Tunisia): **First Summit of Heads of State and Government of the 5+5 Group.** Five main themes are presented at the Tunisia Summit: security and stability in the Western Mediterranean, Maghreb economic cooperation and integration, cooperation in the social field; dialogue of cultures and civilizations and the New Neighbourhood Policy of the European Union.

Tunisia Declaration

www.5plus5.tn/english/declaration-tunis.htm

- 15th-16th September 2004, Algiers (Algeria): **Third Ministerial Conference on Migration in the Western Mediterranean.** With the aim of advancing the 5+5 Dialogue initiative, special attention is paid to the theme of migration at the First Ministerial Conference on Migration in the Western Mediterranean held in Tunisia in 2002, followed by the Second Conference in Rabat in 2003. The International Organisation for Migration (IOM), the International Labour Organisation (ILO) and the International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) participate as observers. The conclusions made during this conference follow the line set by previous meetings, insisting on the need for effective cooperation within the framework of migrations. The participating ministers are pleased with the significant results achieved at the First Summit of Heads of State and Government of the 5+5 countries, held in Tunisia on 5th and 6th December 2003, above all with that related to recommendations on migration. Amongst the recommendations made during the conference were the organisation of meetings and seminars with experts from the two Mediterranean shores, the setting-up of awareness campaigns on migration, as well as the risks involved in illegal immigration or the promotion of new ways of managing migration within the framework of bilateral cooperation between the member countries of the 5+5 Dialogue. On France's proposal it is agreed to hold the next Ministerial Conference on Migration in France in October 2005.

Conclusions of the Third Conference on Migration in the Western Mediterranean

www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/policy_and_research/rcp/5+5/5+5_Presidential_Summary_Algeria_2004_En.pdf

- 23rd-24th November 2004, Oran (Algeria): **Fourth Conference of Foreign Ministers of the Western Mediterranean.** The participating ministers analyse several matters of common interest such as the fight against illegal immigration, terrorism, economic cooperation in the region and the re-launch of the Barcelona Process. The final statement of the Conference places special emphasis on the willingness of the 5+5 members to form a solid base in order to contribute to the stability and economic integration of the region, at the same time encouraging the Euro-Mediterranean Process. In addition, the participants agree to organise a forum on business and investment in the ten member countries to be held in Tunisia throughout the second half of 2005 and to hold a meeting between the presidents of the 5+5 Parliaments in Paris in December 2004.

- 7th-8th December 2004, Paris (France): **Second meeting of the Presidents of the Parliamentary Assemblies of the 5+5 countries.** After the first meeting which took place in Libya in 2003, France hosts the meeting of the Presidents of the Parliamentary Assemblies of the 5+5. Along with the meetings organised within the executive branch, the parliamentary meetings of the 5+5 intend to enhance the process within the framework of parliamentary diplomacy. The Paris meeting focus on two key themes: during the meeting held at the French National Assembly the focus is on migration and population, while the session held in the French Senate tackles decentralised cooperation and interparliamentary cooperation.



French National Assembly

www.assemblee-nationale.fr/12/rap-dian/dian001-2005.asp

French Senate

www.senat.fr/evenement/cooperation_decentralisee_2004.html

▪ 21st December 2004, Paris (France): **First meeting of the defence ministers of the 5+5 Dialogue.** The participating ministers sign a common declaration on security in the Mediterranean region. In the declaration of intent signed by the participants, it is agreed that an Action Plan should be established. This will bring together the practical activities which will be developed as regards security. It is also agreed that annual meetings should be held by defence ministers, at which the activities carried out throughout the year will be assessed and the Action Plan for the following year approved.

French Ministry of Defence

www.defense.gouv.fr/das/rerelations-internationales/l-initiative-5-5-defense/historique



Main meetings in 2005

▪ 29th-30th June, Valletta (Malta): **5th Meeting of Ministers for Foreign Affairs**. Regional issues are discussed such as the situation in Iraq or the resumption of the Barcelona Process, against the background of the tenth anniversary in November. The participating ministers demonstrate their agreement on the importance of strengthening the social welfare systems in the Southern Mediterranean countries. The issue of illegal immigration is also tackled in a debate and agreement is reached on the preparation of a high-level conference on this subject, which will bring together Euromediterranean transit and destination countries as well as sub-Saharan countries of origin. Other topics discussed apart from regional issues are the Libyan proposal of the Road Map for Peace and Security in the Western Mediterranean, the tenth anniversary of the Barcelona Process, a Tunisian-Maltese report on Culture and Development and a Tunisian report on the Year of the Mediterranean. Morocco will take over from the Maltese presidency in 2006, which means that the next meeting will take place in the Maghreb country.

▪ 9th-10th November, Paris (France): **4th Ministerial Conference on Migration in the Western Mediterranean**. The Conference brings together the Ministers for Employment and Social Affairs from both shores of the Western Mediterranean at the invitation of France, the first country in the Northern shore to assume the annual presidency of this organisation. The conference is basically set up with the objective of consolidating the dialogue initiated in Tunisia in 2002 which has assumed dramatic significance recently due to the growth of the phenomenon of clandestine immigration. The aim is to be able to provide a global response to the phenomenon of migration (control of migratory movements, integration and co-development policies), also taking observance of the interests of the origin and host countries into consideration in a dynamic of solidarity, cooperation and development.

www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/policy_and_research/rcp/5+5/5+5_Presidential_Summary_Paris_2005_Fr.pdf

▪ 11th-12th December, Algiers (Algeria): **2nd Meeting of the Ministers for Defence** with the aim of taking stock of the actions implemented during the year and to determine the objectives for 2006. Hence, and in accordance with the French initiative of 2004, the 5+5 determined a plan of agreed action on maritime security, civil protection and aviation security in the Mediterranean, to combat terrorism, clandestine immigration and even illegal trafficking.



Main meetings in 2006

- 5th May, Hammamet (Tunisia): **1st meeting of the Tourism Ministers** ends with the Hammamet Declaration whereby the ministers agree to make the forum a place for reflection and concertation and to launch a project to promote sustainable Euro-Mediterranean tourism that is respectful of environmental resources and values Western Mediterranean civilisations.
- 11th/12th May, Nice (France): **12th Conference of Interior Ministers of the Western Mediterranean (CIMO)**. The main objective of the conference is to consolidate cooperation in the fight against terrorism, organised crime (particularly drug trafficking), illegal immigration and civil protection (to create a common contingent for monitoring and rapid intervention in the event of natural or human catastrophes).
- 27th November, Rabat (Morocco): **3rd meeting of the 5+5 Parliamentary Presidents** in the country presiding the 5+5 Dialogue in 2006. The issues on the meeting's agenda are: terrorism, illegal immigration, economic differences between the two shores, etc. The President of the Chamber of Representatives, Abdelwahad Radi, says that the Mediterranean stands out as the most unequal border in the world.
- 11th December 2006, Paris (France): **3rd Meeting of the Defence Ministers**. The main issues of the meeting are maritime surveillance, air security and the contribution of armed forces in civil protection. Throughout 2006, 15 major activities have taken place including high-level seminars and manoeuvres, and the project to set up an Officer Training School has been materialised. New work themes include environmental protection, military medicine and cooperation between armies in the fight against illicit activities.
- 12th/13th December, Algeciras (Spain): Under the slogan "Towards a Global Approach to Migration Processes", the Ministers of Social Affairs meet for the **5th Ministerial Conference on Migration** in the Western Mediterranean hosted by Spain. Having verified that migration policies require a global, comprehensive and agreed approach that encompasses all stages of the migration process, the Conference discusses the necessary cooperation between countries of origin, transit and destination to manage migration flows, reception processes and integration in the society of destination (the appropriate integration of the immigrant heightens his/her capacity to act as a development vector for his/her country) and the economic and human benefits of emigration for the countries of origin (in the form of remittances and non-financial transfers, that is, training and competence gained). The ministers observe that the informal nature of the Dialogue facilitates exchange, the identification of common interests and the sharing of ideas and solutions.



Main meetings in 2007

▪ 1-2 March, Tunis (Tunisia): **4th Euro-Mediterranean Ministerial Conference on Transport (GTMO 5+5)**. The Transport Ministers of Algeria, Spain, Libya, Malta, Morocco, Portugal, Tunisia and senior representatives of the French, Italian and Mauritanian ministries participate in the conference. Representatives of the Arab Maghreb Union (AMU) and the EC are present as observers. Since 1995 the Group of Transport Ministers of the Western Mediterranean (GTMO) has promoted cooperation in the Western Mediterranean transport industry and contributed towards strengthening Euro-Mediterranean Association Agreements. The 4th Euro-Mediterranean Ministerial Conference on Transport is a result of close collaboration between Tunisia and Spain (incoming and outgoing Presidents, respectively). At the Conference, the GTMO Presidency passes to Tunisia, which will hold the position for the next two years. The GTMO Euro-Mediterranean cooperation group now has three new members (Libya, Malta and Mauritania), thereby obtaining the 5+5 structure (5 Maghreb countries and 5 EU countries) existing in other sectors. Other important milestones at the Conference are the adoption and signing of a Protocol of Cooperation that institutionalizes and confirms GTMO cooperation in the area of transport. According to the protocol, priority areas for work include: defining a multimodal transport network in the region, improving transport conditions to facilitate trade in the region, developing R&D on transport in the Mediterranean area.

www.cetmo.org/pdf/Bilan_1997-2006_GTMO.pdf

▪ 10-11 September, Madrid (Spain): meeting of the **follow-up group of the ministerial conference on migration**. During the meeting the issues tackled are: global and cooperative governance of mobility, reception and integration processes in the host society, economic and human benefits for the country of origin and destination. The Presidency of the Conference on Migration passes from Spain to Portugal.

▪ 9-10 December, Cagliari (Italy): **4th Meeting of the 5+5 Initiative** gathering the Defence Ministers of Western Mediterranean Countries. . The “5+5 Initiative” is a forum of cooperation where defence and security matters are discussed. First launched in 2004, it counts on the participation of ten Western Mediterranean nations. Through practical activities and a permanent exchange of ideas and experience, the “5+5 Initiative” aims at enhancing mutual understanding and trust in order to cope with security-challenging issues in the region. In just three years, studies about requirements have evolved into a set of specific activities and joint air and naval exercises. Three major cooperation fields have been identified so far: maritime security, which includes prevention and the fight against illegal trafficking and the fight against marine pollution; Civil Protection, with special reference to responding to serious, manmade disasters; air security through the exchange of information among the military about air traffic to be suitably prepared in case of improper use of air spaces. At the 4th meeting of the Steering Committee on January 2007, French representatives launched the proposal to create a “5+5 Defence College” that is officially launched in the Ministerial Declaration at the meeting held in Cagliari.

www.difesa.it/Ministro/Compiti_e_Activita/Pagine/5_5_Initiative.aspx



Main meetings in 2008

- 20-21 January, Rabat (Morocco): **6th Foreign Affairs Ministerial meeting** of the 5+5 Dialogue in the Western Mediterranean, with the theme of “Subregional Integration and Increased Cooperation as Instruments of Stability and Prosperity.” EU Commissioner Ferrero-Waldner, the Secretary of the Arab Maghreb Union (AMU) and the representative of the Council of the European Union attend the meeting as observer. The Commissioner places an emphasis on the Dialogue's facet as a think tank for improved cooperation ideas within the 5+5 framework, which could serve as inspiration for other EU Mediterranean cooperation partners. The Ministers reaffirm the political and informal nature of the 5+5 Dialogue and discuss various topics: the need for real regional integration with a pragmatic, progressive approach; the importance of improved cooperation over a broader territory (fostering partnership among the regions of the 5+5 Dialogue Member States); the recommendation of organising a Conference of Interior Ministers of the Western Mediterranean (CIMO) focussing on migratory issues, improving 5+5 work methods (establishing co-presidency by a northern and a southern country); an exchange of views on the Middle East peace process (emphasising concern for the embargo on Gaza and the instability of the political situation in Lebanon); and finally, regarding security issues, improved coordination in order to implement the Euro-Mediterranean code of conduct for the struggle against terrorism. The 7th Meeting of Foreign Affairs Ministers will be held in Spain using the new work method and under the copresidency of the host country and Morocco (outgoing presidency).

- 15-16 May, Ajaccio (France): the **2nd Conference of 5+5 Tourism Ministers**. The conference aims at proposing specific solutions lending renewed impetus to the tourism offer in the Mediterranean Basin and consolidating the vocation of tourism as a factor for forging ties and fostering comprehension among peoples, as well as fostering economic development. With regard to the sustainable development of tourism, concrete cooperation initiatives will focus on the progressive development of joint tourism products, the compilation of cultural facts with a view to the launching of a Mediterranean tourism website, and the development of nautical tourism.

- 21-22 May, Nouakchott (Mauritania): **13th Conference of Interior Ministers of the Western Mediterranean (CIMO)**. In addition to the ten 5+5 Dialogue countries, Mali, Senegal and Niger are invited as observers. The Ministers are determined to present coordinated, supportive responses to such joint challenges as civil protection and the struggle against terrorism, organised crime, drug trafficking and irregular migration. The Ministers decide to draw up a joint strategy in order to handle the changes in terrorist strategy by stepping up cooperation among government administrations, exchanging information, refusing to provide safe haven for authors and abettors of terrorist acts and coordinating communications efforts to struggle against the propagation of terrorism and cybercriminality. The CIMO member states reaffirm their will to improve cooperation in the sphere of the struggle against money laundering and drug trafficking by coordinating action by the respective government administrations and examining the possibility of networking. With regard to the struggle against illegal migration, the Ministers commit to facilitate, insofar as possible, the free circulation of people. In the sphere of civil protection, they committed to promoting exchange of experiences and to establishing a system of mutual assistance for rapid intervention and organisation of emergency aid. The participants also agree to foster decentralised cooperation among local authorities in the partner countries in all spheres of interest. The next CIMO conference will be organised by Italy.

- 26-27 May, Évora (Portugal): the **5th Conference on Migration in the Western Mediterranean** represents a subsequent stage towards the consolidation of the informal space for dialogue represented by the 5+5 forum in the sphere of migration. Indeed, it is a fundamental platform for reflection, exchange and improved coordination on this topic, which could contribute to increasing consensus on migratory issues in other cooperation forums. To this end, Ministers emphasise the importance of establishing greater compatibility and coherence with the other forums. The International Organization for Migration (IOM) and the International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) participate in the conference as observers. The participants reassert the need for a global, integrated approach to migration, insofar as both cooperation among the countries of origin, transit and destination, and integration of migrants within host societies. Among other topics of debate there are: facilitating legal mobility; improving information systems based on labour market needs; aid for migrants wishing to return to



their countries of origin, fostering low-cost forms of fund remittance, combating human trafficking and the importance of clarifying the concept of circular migration to maximise the advantages of this mechanism. The Ministers also recommend carrying out two experts' seminars on circular migration and integration in the host society according to the (North-South) co-presidency system already adopted for other spheres of action of the 5+5 Dialogue. The next ministerial conference on migration will be held in Tripoli.

www.emploi.gov.ma/docs/15302008114424AM.doc

▪ 16-17 November, Gammarth (Tunisia): **5th Conference of Transport Ministers of the Western Mediterranean**, organised by the current Tunisian presidency of the GTMO (Group of Transport Ministers of the Western Mediterranean). The ten member states of the GTMO participate, along with the Commissioner in charge of Transports from the European Commission (EC), the Secretary General of the Arab Maghreb Union (AMU) and the European Investment Bank (EIB)'s representative in Tunis, the latter three parties as observers. The Ministers sign a number of conclusions, some of the most significant being: the pertinence of a contribution by the GTMO 5+5 to future projects of the Union for the Mediterranean (UfM); the decision of adopting the multimodal network of GTMO 5+5 countries and adding the missing links to the network's strategic lines of action (namely, those corresponding to the motorway of Maghreb unity, which would link Libya and Mauritania via Algeria and Tunisia, and the interoperability of the trans-Maghreb railway line linking Tunis, Algiers and Casablanca); an invitation to the EC to study the possibility of establishing a programme to develop a trans-Mediterranean transport network; contribution to the emergence of maritime links based on a network of port infrastructures according to an intermodal approach; and the need to simplify international transport legislation. And finally, it was established that the GTMO Presidency would go to Italy in 2009.

http://www.cetmo.org/f_act.asp?cod=296&despl=0



Main meetings in 2009

▪ 20-21 April, Córdoba (Spain): **7th Foreign Affairs Ministerial meeting of the 5+5 Dialogue countries.** Representatives from the countries of the 5+5 Dialogue, as well as European External Relations Commissioner Ferrero-Waldner and the AMU Secretary General Ben Yahia meet to deal with a series of issues affecting nations on both sides of the Mediterranean: the effects of the international crisis on economic perspectives in Europe and economic development in the Maghreb countries; the Union for the Mediterranean (Ministers underline the important complementarity of the UfM with other frameworks of regional cooperation); migration (participants express their will to develop a permanent cooperation among the countries of origin, transit and destination); the Middle East (calling for a two-state solution of the Israeli-Palestinian conflict); reaffirmation of the Dialogue (the 5+5 model can be used for cooperation for the countries of the UfM; in this sense participants express their will to open the 5+5 to new actors such as mass media, employers organisations, territorial authorities); and cooperative relations with the Maghreb (Ministers reiterate the need to coordinate efforts to boost regional integration and to continue the high level contact between the EC and AMU). The next Foreign Affairs Ministers meeting of the 5+5 Dialogue will take place in Tunisia in 2010.

▪ 17 May, Tripoli (Libya): **5th Meeting of the Western Mediterranean Defence Ministers** and officials to discuss cooperation and security in the region, through an annual action plan agreed at steering committee level and endorsed by ministers at their annual meeting. Participants consider ways of exchanging information, coordinating army commanders and boosting the role of women in the armed forces. To enhance cooperation between the two shores, representatives propose to establish a Libya-based Training Centre for Mine Clearing, a Euro-Maghreb Centre for Strategic Research Studies to be based in Tunisia and a 5+5 Defence College in France. Libya hands over the rotating chairmanship to Malta whose priority will be to promote search and rescue.

▪ 19-20 May, Rome (Italy): Ministers and high representatives from the countries of the 5+5 Dialogue as well as the EC Transport Commissioner, the SG of the AMU and the vice-President of the EIB gather at the **6th Conference of Western Mediterranean Transport Ministers (GTMO 5+5)**. During the meeting Tunisia hands Italy the two-year presidency; ministers also present and ratify the activity report on the outgoing presidency. Among the priorities defined in the conclusions it is worth underlining: the updating of the multimodal network; the implementation of the missing links in the strategic Maghrebian axes; the strengthening of the North-South collaboration to contribute to the emergence and identification of maritime links; and the elaboration of a document on the current status of transport in the Western Mediterranean. The next GTMO 5+5 Conference will be held in Algeria.

www.cetmo.org/e_act.asp?cod=323&despl=0

▪ 28-29 September, Biarritz (France): **1st meeting of the Western Mediterranean Education Ministers** with the presence of EC and UMA representatives as observers. Participants place great importance on the use and promotion of ITC in the field of education, and in this regard they propose a 5+5 charter for Internet at schools; a common certification for ITC professors in the Western Mediterranean and the development of common educational digital content in the area. Tunisia will hold the next 5+5 conference on education.

▪ 23-24 November, Venice (Italy): Ministers from the ten countries on both shores of the Mediterranean meet for the **14th Conference of the Western Mediterranean Interior Ministers (CIMO)**. The EC is participating as an observer. Since its launch in 1995, it is the only multilateral forum that tackles issues concerning responsibilities of the Interior Ministries. They devote special attention to: the fight against transnational terrorism (expressing the need to coordinate regional cooperation to deal with crimes and neutralise the means by which these activities are illegally financed, and the need for a security response based on the exchange of information); the free movement of persons (stressing the importance of enhancing legal migration and managing migration flows); cooperation in the area of civil protection (strengthening the civil protection system and communication among the national focal points); and finally the importance of local authorities in terms of sustainable development. The 15th CIMO Conference will be organised by Algeria.

www.interno.it/mininterno/export/sites/default/it/assets/files/17/00117_dichiaraz_finale_ITA_24_nov.pdf



Main meetings in 2010

- 15-16 April, Gammarth (Tunisia): **8th Meeting of the 5+5 Dialogue Foreign Affairs Ministers** under the co-chairmanship of Tunisia and Spain. The Ministers renew the commitment to the values of democracy, solidarity and cooperation and discuss different regional and international issues. With regard to the Middle East and the peace process, they reiterate the urgency of implementing a two-state solution and criticise Israel's settlement policy, considering it an obstacle to peace. They affirm the conviction that a lasting peace can only be achieved if an overall settlement is also reached with regard to the Syrian-Israeli and Lebanese-Israeli conflicts. Other relevant topics discussed at the meeting are: the reform of the international financial sector, food security, the UfM, tourism, higher education and scientific research, SMEs and the climate. With regard to this latter topic, the creation of a Euro-Mediterranean agency for the eco-system and coastline protection is proposed. The Ministers agree to set up a follow-up committee tasked with preparing the annual meeting and following up on its recommendations. The next Foreign Affairs meeting will be held in Italy.

- 26-27 April, Oran (Algeria): **1st Ministerial Conference on the Environment and Renewable Energy**, co-chaired by Algeria and Spain. Participants acknowledge the importance of good management of drinking water and access to it; reaffirm the importance of combating marine pollution; recognise the interdependence of climate change, desertification and diminishing biological diversity; and call for stronger cooperation in the fields of natural disaster prevention and rescue. Other issues addressed include: waste management and resources, protection of the coastline and integrated management of coastal areas, the Mediterranean Solar Plan, and electricity interconnections. The 2nd Ministerial Conference will be held in Portugal.
www.pap-thecoastcentre.org/razno/declaration_Oran.pdf

- 13 December, Tripoli (Libya): The **7th Ministerial Conference on Migration in the Western Mediterranean** is held following a two-day meeting prepared by high-ranking officials and experts. The meeting is attended by the Ministers responsible for migration, as well as observers from the International Organisation for Migration (IOM) and the UN Office on Drugs and Crime (UNODC). The experts prepare a document that provides for the establishment of development projects in the migrants' countries of origin, creating labour markets and increasing production to encourage potential migrants to stay in their home countries. The experts emphasise the importance of coordination between 5+5 Dialogue Member Countries to reduce illegal migration and its ties with the development of organised crime and of criminal networks, which are active in the smuggling of migrants. The Ministers also call for the reactivation of the Follow-Up Committee on Migration in order to implement the Ministerial Meeting recommendations.
www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/microsites/rcps/5+5/7th-Ministerial-Conference-Migration-Ministerial-Conclusions-Tripoli-December-2010.pdf



Main meetings in 2011

- 21-23 February, Tunis (Tunisia): **2nd 5+5 Education Ministers meeting** gathers as planned at the previous conference held in Biarritz in 2009. Participants tackle digital development in schools. The first edition of the Euromed Education exhibition takes place during the International Fair in Kram. As part of the “5+5 Education” initiative, this meeting is the first chance for information and communication technology (ICT) sector professionals and ministers to build new partnerships, increase their knowledge of the education sector and note the differences between the two shores in order to enable better relations with regard to education in the digital era.
- June, Valetta (Malta): The second 5+5 Summit of Heads of State and Government, originally scheduled to take place in Malta in 2011, is postponed due to recent events in the Mediterranean region.
- 15-16 November, Nouakchott (Mauritania): The **5+5 Defence Initiative’s 13th Steering Committee Meeting** welcomes the return to the 5+5 Initiative of Libya, which had been absent for a few months because of the socio-political changes taking place in the country in 2011. Officials from the participating countries tackle a number of issues, such as terrorism, illegal immigration and air security, prepare the next Ministerial Meeting of the Defence Initiative, and take stock of this year’s action plan, which includes a number of high-level military meetings in Member States, joint operational exercises and training courses, and research and strategic studies to enhance security, peace and stability in the Western Mediterranean.
- 10-11 December, Nouakchott (Mauritania): The Defence Ministers of the ten Mediterranean countries involved in the **5+5 Defence Initiative** gather for their **7th Ministerial Meeting**. It is the first meeting since the recent regime changes in Tunisia and Libya and the recent Islamist electoral victory in Morocco. They adopt the 2012 action plan and assess the implementation of the 2011 activities. Several training courses and joint exercises among countries from both shores of the Western Mediterranean were held for the first time this year. The region faces considerable threats, such as terrorism, illegal immigration, and drugs and weapons trafficking, as well as the spread of weapons due to the turmoil in Libya. Indeed, they may already have fallen into the hands of terrorist networks. The Joint Ministerial Declaration entrusts the following Presidency of the Initiative to Morocco and underlines the priorities for next year, which include dealing with the sensitive issue of terrorism, hostage-taking and instability in the Sahel, the establishment of a non-permanent staff in case of crisis, and organised crime in general. Given the difficulties experienced in other fields of the 5+5 Dialogue due to the upheavals and changes affecting the North African Member Countries, it is worth noting that all 5+5 Defence Initiative Members participated in all meetings and activities in 2011.



Main meetings in 2012

- 6-7 February, Algiers (Algeria): The Western Mediterranean expert seminar on agricultural cooperation gathers experts from the 10 countries of the 5+5 Dialogue to adopt a series of recommendations on strengthening cooperation in agriculture and food security to be presented to their respective Agriculture Ministers. They recommend optimising agricultural production, increasing the food supply, monitoring prices and developing a regional mapping of supply and demand in order to strengthen complementarity in the trade of agricultural products.

www.ensa.dz/IMG/pdf/Recommandations_finales_du_seminaire_seculte_alimentaire_dans_les_pays_5_5_Alger_6_et_7_fev_2012.pdf

- 21 February, Roma (Italy): The 9th meeting of the Ministers of Foreign Affairs of the 5+5 Dialogue is held under Italian and Tunisian co-chairmanship. The Foreign Ministers of the Western Mediterranean Dialogue countries participate in the meeting as well as a number of observers: the Arab Maghreb Union (AMU) Secretary General Ben Yahia, ENP European Commissioner Füle, UfM Deputy Secretary General (SG) and vice-President of the Parliamentary Assembly of the Mediterranean (PAM). In terms of political issues the main topics tackled are: the democratic process in the region (participants express satisfaction for the ongoing changes in the countries of the southern shore and stress the need to provide the necessary support for the success of this process, which depends on the resumption of economic development and the creation of employment); the war in Syria (ministers condemn the repression against the Syrian population and express their concern on the worsening of the humanitarian situation while supporting the initiative of the Arab League); the Peace Process in the Middle East (referring to the previous meeting in Tunis in 2008, ministers reiterate the urgency to implement a two state solution, a resumption of peace talks while considering all Israeli settlements in the occupied territories a violation of international law). Economic issues are also discussed: the financial and economic crisis (participants recognise that a collective response is necessary, which involves the international community, as well as a reform of the global financial markets); strengthening Euro-Mediterranean economic cooperation (ministers welcome the resumption of the southern regional integration process through AMU institutions and call for support for SMEs in the region); migration and development (a global and comprehensive approach on circular mobility is required and the importance of remittances for growth is recognised). Participants also call for a consolidation and deepening of the Dialogue with a series of proposals that touch on a wide range of aspects: holding an annual Foreign Ministers meeting; strengthening the fight against terrorism, organised crime and illegal trafficking (in view of the new challenges posed by the Sahel region to the 5+5 countries); exploring the possibility of an early warning mechanism for potential risks in the Western Mediterranean; calling for a follow-up committee of the 5+5 Environment and Renewable energy conference held in 2010; calling for regional cooperation in the areas of Higher Education and Scientific Research; expressing their will to open the 5+5 Dialogue to representatives of civil society and other frameworks such as interparliamentary dimensions, Chambers of Commerce, Employers Associations and local communities; stressing the strategic role of tourism in the economies of the Western Mediterranean and calling for a common approach to boost this sector; intensifying high-level political meetings to monitor the follow-up of the conclusions of the conference. The next meeting will be held in Mauritania and cochaired by Italy. On the occasion of the 5+5 conference, the meeting is enlarged to the FOROMED dimension later in the afternoon, involving Egypt, Greece, Turkey, the Arab league and the UfM.

www.esteri.it/MAE/approfondimenti/2012/20120220_Conclusions_des_Co_Presidences.pdf

- 12 March, Algiers (Algeria): The 7th Conference of the Group of Transport Ministers of the Western Mediterranean gathers the Transport Ministers of the 5+5 countries as well as senior civil servants from France, Malta and Mauritania and the AMU Secretary General, UfM Deputy SG and a representative of the European Commission. Since the Group of Transport Ministers of the Western Mediterranean (GTMO 5+5) was created in 1995, its main mission has been to encourage cooperation in the transport sector in the region and to contribute actively to strengthening the Euro-Mediterranean Partnership. This Conference has two main objectives: transferring the presidency from Italy to Algeria, and ratifying the Activity Report. The Italian Activity Report emphasises the work done to intensify Euro-Mediterranean cooperation through the stimulation of existing relations and the search for new ways to cooperate. In this regard, the UfM's labelling of the project "Completion



of the Central Section of the Trans-Maghreb Motorway Axis” reflects the good institutional relations between the GTMO 5+5 and the different institutions for cooperation in the Euro-Mediterranean region. Numerous studies and activities in the work areas were carried out during the year. Algeria’s main priorities are: developing the motorway project within the UfM label, completing the Trans-Maghreb Motorway and implementing logistic platforms to promote trade between the countries of the Western Mediterranean. The next conference will be held no later than 2014 in Portugal to assess the implementation of the decision and transfer the presidency to Portugal.

www.cetmo.org/pdf/Conclusiones%202012.pdf

▪ 5-6 October La Valletta (Malta): The **2nd Summit of the Heads of State and Government (HoSG) of the 5+5 Dialogue** declares its support for the strengthening of the integration process between Maghreb countries and condemns violence committed by the Syrian government. At the 5+5 Summit some representatives of European and regional institutions (the President of the EC, ENP Commissioner, AMU SG, UfM SG, PAM SG and Arab League representatives) participate as observers. In the conclusions the HoSG call for an increased collaboration with regional formations, for ensuring regular sectoral meetings (also on new thematic areas like employment, investments, trade and energy, among others) and encouraging the participation of civil society and parliamentarians. In terms of security issues they call for addressing terrorism, organised crime, illicit trafficking and threats coming from the Sahel region. On economic issues they affirm the need to support SMEs in the region and intensify cooperation on transport and tourism. The forum places special emphasis on education and youth, which is considered a fundamental element for development in the Mediterranean, stressing the importance of youth mobility within the region. To this end they call for the organisation of a Youth Conference of the Western Mediterranean. On the topic of migration, the participants express their concern for the respect of fundamental rights and dignity of migrants. The HoSG invite the Foreign Affairs Ministers to ensure a follow-up of the conference conclusions.

<http://gov.mt/en/Government/Press%20Releases/Documents/pr2192b.pdf>

▪ 10 December, Rabat (Morocco): The **8th Meeting of the 5+5 Defence initiative** is held under the Moroccan Presidency. Defence Ministers gather to discuss issues such as the importance of cooperation and multilateral activities for the stability and security of the area, the need to strengthen maritime and air security and the fight against clandestine immigration and arms trafficking. They also approve the Annual Cooperation Plan for 2013.



Main meetings in 2013

- 8 - 9 April, Algiers (Algeria): the 15th meeting of the Interior Ministers of the 5+5 Dialogue renews its commitment to fight against terrorism and organized crime especially in the aftermath of the Malian crisis which affected almost all the countries of the region. Ministers underline the need for an enhanced cooperation and coordination among security agencies especially on border security, exchange of information on organised crime network, trafficking of human beings, arms, ammunition and drugs. They also agree to work for a comprehensive approach to counter-terrorism taking into account the rule of law, social justice, fight against poverty and prevention of conflicts.

www.iemed.org/observatori/recursos/documents/documents-oficials/documents-oficials-adjunts/CIMO%20Algiers%202013.pdf/at_download/file

- 15 April, Nouakchott (Mauritania): **Fourth Meeting of the representative of the Parliaments** of the countries of the Western Mediterranean Forum - 5+5 Dialogue. They gather together with the assistance of the Parliamentary Assembly of the Mediterranean and with the participation as observers from the Arab Parliament, the Maghreb Consultative Council, the Arab Inter-parliamentary Union and the Parliamentary Assembly of the UfM. They stress the pivotal role of the Parliamentary Dimension of the 5+5 Dialogue in furthering the cooperation required among the countries of the Western Mediterranean strengthen democratic institutions and deepening integration to make the region less vulnerable to instability. They also call on the Governments of the wider Mediterranean region and the Secretary General of the UN to further increase their efforts to find a political solution that respects the territorial integrity, national unity and the safety of the people of Syria.

www.iemed.org/observatori/recursos/documents/documents-oficials/nouakchott-declaration-2013

- 16 April, Nouakchott (Mauritania): **10th Meeting of the Foreign Affairs Ministers** of the countries of the Western Mediterranean jointly chaired by the Minister for Foreign Affairs of the Islamic Republic of Mauritania and the Deputy Minister for Foreign Affairs of Italy. In the final declaration, the groundwork for promoting the 5+5 Dialogue over the coming years is approved. Ministers underline the role played by the forum as a political platform for cooperation and dialogue and examines the democratic processes on the southern shores, considering the historic changes taking place in the region that enable the strengthening of values shared by the Member States, such as democracy, rule of law, respect for human rights, fundamental freedoms and social justice. Participants also tackle the situation in Syria, the crisis in Mali (for which support is given to the military operation currently under way) and the Middle East peace. Other topics include security, migration, water and the environment, north-south economic cooperation, cultural cooperation and regional integration in North Africa through the Arab Maghreb Union (AMU). The final declaration adopted praises the "key role of the UfM to reinforce regional and sub-regional cooperation through concrete projects". Particularly, Ministers mention the relevance of the Business Forum to be organized with the Secretariat of the UfM and the UFM projects in the field of Education.

www.iemed.org/observatori/recursos/documents/documents-oficials/documents-oficials-adjunts/Declaration-X-reunion-CMAE-16-avril-2013.pdf/at_download/file

- 20 September, Rabat (Morocco): **1st Conference of Ministers of Higher Education and Research** of the Countries of the Western Mediterranean. The ten Ministers reaffirm the importance of higher education, research and innovation for the economic development of the Euro-Mediterranean region and for youth employment. They discuss practical opportunities to strengthen high-level bilateral and multilateral scientific cooperation, based on the European program for research and innovation, Horizon 2020 (2014-2020). They also reaffirm their shared priorities: facilitating the transformation of knowledge into innovative products and services, the main lever for competitiveness and growth. Strengthening partnerships between higher education and research institutions will also be facilitated by the rise of European mobility program " Erasmus plus". The conference finally welcomes the proposal of the Minister to focus the work of the next conference on strengthening the middle and senior management as a factor of growth and employment.



For further information:

Visit the editions of the [IEMed Mediterranean Yearbook](#)

www.iemed.org/publicacions/historic-de-publicacions/anuari-de-la-mediterrania?set_language=ca
Section “Other Cooperation Initiatives in the Mediterranean”



Co-Presidência Portuguesa do Diálogo 5+5
Co-Présidence Portugaise du Dialogue 5+5
Portuguese Co-Presidency of the 5+5 Dialogue
الرئاسة المشتركة البرتغالية لمندى الحوار 5+5

Diplomatic Training Directors Meeting of the 5+5 Dialogue

Lisbon, Portuguese Ministry of Foreign Affairs

24th March 2014

Program:

09h15: Meeting at the Portuguese Diplomatic Institute

with Manuela Franco, Director of the Diplomatic Institute

[Palácio das Necessidades, Largo das Necessidades, Lisboa (GPS: 38.706493, - 9.171093), +351 213946400]

Meeting of participants and short visit to the historical library and archives of the Ministry for Foreign Affairs

10h00: Presentation “Diplomatic Training for Economic Diplomacy”

by Graça Gonçalves Pereira, Head of Training Centre of the Diplomatic Institute,

This presentation provides an account of the Portuguese experience on training for Economic and Commercial Diplomacy, and the challenges coming out from including this novel subject in the diplomatic training.

The presentation will be followed by questions and answers, and an exchange of points of view on this topic.

11h: Discussion on work methods for the 5+5 Dialogue Diplomatic Training Directors Group

- **Agenda Setting**
Defining topics of mutual interest to be further developed at future meetings; Possibility of setting a specific subject or topic for each Presidency; Discussion about using a list of topics to be discussed at future meetings that may include “Projecting interests: Diplomacy, culture and mass media”, “Law of the Sea”, “Conflict Management”, “International Law and Standards setting” and other issues suggested /agreed by the participants.
- **Periodicity of Meetings**
Establishing terms and conditions for regular group cooperation.
- **Networking**
Strategies and suggested means and ways for promoting closer contacts on topics of mutual interest;
- **Possibilities for Cooperation**
Possible development of exchange programs for diplomats and scholars from member-states;

12h30: Departure to Restaurant (Lunch at 13.00)

Annex: List of Participants

Position	Representative
Algeria DG of the Diplomatic Institute of International Relations in the Algerian Ministry of Foreign Affairs	<i>Mr. Aziz Bouguettaya</i>
Spain Deputy Director of the Diplomatic School of Spain	<i>Francisco Ochoa de Olza Vidal</i>
France Head of Training Department at the Human Resources Department of the Ministry of Foreign Affairs	<i>Thierry Vallat</i>
Italy Ambassador of Italy in Lisbon, representing the Italian Diplomatic Institute	<i>Ambassador Renato Varriale</i>
Libya Director of the Libyan Institute of Diplomatic Studies of the Ministry of Foreign Affairs and International Cooperation	<i>Ambassador Alhassan Albarouni</i>
Malta Coordinator of Human Dimension Programme representing the Director of the Mediterranean Academy of Diplomatic Studies – University of Malta	<i>Dr. Omar Grech</i>
Morocco Director of the Moroccan Academy of Diplomatic Studies and Head of the Training Division, Human Resources Department of the Moroccan Ministry of Foreign Affairs and Cooperation	<i>Ambassador Badreddine El Allali and Mrs. Nadia El Hnot</i>
Mauritania Secretary General of the Ministry of Foreign Affairs and Ambassador Director of European Affairs at the Ministry of Foreign Affairs	<i>Mrs.e El Alia Menkouss; and Sidi Mohamed Hanene</i>
Portugal Director of the Diplomatic Institute of the Ministry of Foreign Affairs of Portugal	<i>Manuela Franco</i>
Tunisia Director General of the Diplomatic Institute for Training and Research in the Ministry of Foreign Affairs of Tunisia	<i>Mr. Khmaies Jhinaoui</i>